



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



Edital de Pregão Eletrônico

Preâmbulo

Processo nº 261/2020

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de varrição dos logradouros públicos do Município de Bom Despacho.

Valor total estimado: **R\$ 1.202.670,00** (um milhão, duzentos e dois mil, seiscentos e setenta reais).

Unidade requisitante: Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Sessão: A sessão pública será realizada no portal eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos:

Data limite para registro das propostas: até o dia 29 de março de 2021, às 8h59min

Data de abertura da sessão pública: dia 29 de março de 2021, às 9h

Referência de tempo: As referências de horários, nos instrumentos convocatórios e durante a sessão pública virtual, observarão o fuso horário oficial de Brasília-DF, o qual será registrado no sistema Portal de Compras Públicas e na documentação pertinente.

Critério de aceitabilidade: nos termos do Decreto Municipal nº 5.697/2013 o preço máximo para contratação será o menor preço obtido na planilha de composição de custos, conforme anexo II deste edital.

Tipo da licitação: Menor preço por item.

O Município de Bom Despacho-MG torna público, para conhecimento dos interessados, que, na Prefeitura Municipal, com sede à Avenida Maria da Conceição Del Duca, D. Saça, 150, bairro Jaraguá, encontra-se aberta a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nos termos dos Decretos Municipais nº 3.588/2007, nº 5.697/2013 e nº 7.328/2016, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



1 – DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de varrição dos logradouros públicos do Município de Bom Despacho, conforme descritivos, quantitativos e especificações constantes do Anexo II deste Edital.

2 – DO PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO:

2.1. O Contrato a ser firmado entre o Município de Bom Despacho-MG e o(s) vencedor(es) do certame terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua emissão, podendo ser prorrogado por igual período, cabendo em caso de prorrogação, reajuste anual de preço com base no índice financeiro IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

3 – DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

3.1. Poderá(ão) participar deste pregão eletrônico aquele(s) que atender(em) a todas as exigências deste edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação, e estiver devidamente cadastrado junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.1.1. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do portal eletrônico, a(s) empresa(s) licitante(s) deverá(ão) manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste, bem como declarar que sua proposta está em conformidade com este instrumento.

3.2. Não poderão participar desta licitação os interessados que se encontrarem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país, consórcio, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração deste município, bem como aqueles constantes do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.

4 – DO PROCEDIMENTO:

4.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

4.2. O certame será realizado através da utilização do aplicativo “Licitações”, do Portal Eletrônico do www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.3. Os trabalhos serão conduzidos pelo servidor da Gerência de Licitações e Contratos do município de Bom Despacho, denominado “Pregoeiro”, com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico.

4.4. Impugnações ao ato convocatório do pregão e Recursos caberão na forma especificada nos itens 21 e 13 do Edital que trata da Impugnação ao Edital e dos Recursos.

5 – DO CADASTRO E DO CREDENCIAMENTO:

5.1. Para participar dos pregões eletrônicos promovidos por este ente, as licitantes interessadas em contratar com a Administração Pública Municipal deverão se cadastrar como usuários do sistema Portal de Compras Públicas, acessível em www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo observado o seguinte:

- a) o credenciamento se dará pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema Portal de Compras Públicas.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



- b) a chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico.
- c) a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas pelo usuário imediatamente ao provedor do sistema Portal de Compras Públicas, para bloqueio de acesso.
- d) a senha de acesso é de responsabilidade exclusiva do usuário, não cabendo ao provedor do sistema Portal de Compras Públicas ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal, bem como presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.3. Os interessados deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema.

5.4. Em sendo sócio, proprietário ou dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.5. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.6. Caberá ao licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, bem como as mensagens disponibilizadas através do site, desde a data da publicação do Edital até a sua homologação, ficando a Administração isenta de quaisquer responsabilidades diante da inobservância das mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão deste.

6 – DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS:
--

6.1. A participação no pregão eletrônico se dará por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento de proposta, até o horário limite indicado no preâmbulo deste instrumento.

6.1.1. A proposta de preços, acompanhada da planilha de composição de custos, deverão ser enviadas em campo específico, por meio do sistema eletrônico e, caso vencedora, conforme cláusula 12.

6.1.2. A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, declarações, assim como os lances inseridos durante a sessão eletrônica.

6.1.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão, ficando responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6.1.4. Em relação ao(s) item(ns) licitado(s), não será admitida cotação inferior à(s) quantidade(s) prevista neste Edital e seus anexos.

6.1.5. A proposta eletrônica deverá apresentar: Preços unitários e totais relativos ao(s) item(ns) ofertado(s). As licitantes poderão formular proposta de preços em relação a um ou ambos os itens licitados, de acordo com a forma de adjudicação prevista no preâmbulo deste edital.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



- a.1) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, em algarismos, com no máximo quatro casas decimais.
- a.2) Nos preços propostos deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, seguros, frete, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto desta licitação.
- b.1) Nos casos de oferta de produtos (aquisição), **será obrigatória**, na proposta, a indicação de fabricante e marca/modelo do produto ofertado.
- b.2) Necessariamente, será exigido marca/modelo do produto quando a proposta apresentar variações entre marcas/modelos.
- b.3) Serviços e produtos não industrializados estão dispensados desta exigência, podendo ser inserido nos respectivos campos qualquer informação para prosseguimento.
- b.4) Descrição do item.
- c.1) O licitante poderá apresentar proposta com descritivo diverso daquele estabelecido no anexo II deste edital, desde que se configure integralmente como mais vantajoso.
- 6.1.6. Os preços propostos serão considerados completos, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.
- 6.1.7. As propostas apresentadas neste certame vigorarão pelo **prazo mínimo de 60 (sessenta) dias corridos**, contados da data limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 64, §3º, da Lei nº 8.666/93 e art. 6º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, sendo possível a apresentação de prazo superior.
- 6.1.8. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.
- 6.1.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
- 6.1.9.1. Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- 6.1.9.2. Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;
- 6.1.9.3. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- 6.1.9.4. Verificação de outros contratos ou atas de registro de preços que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- 6.1.9.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- 6.1.9.6. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços;
- 6.1.9.7. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
- 6.2. Será desclassificada a proposta que não corrigir as irregularidades apontadas pelo Pregoeiro;
- 6.2.1. A adequação da proposta na forma do item anterior não poderá acarretar em majoração de seu valor global.
- 6.3. O não atendimento da diligência no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo caracteriza-se desclassificação da proposta.
- 6.4. Será desclassificada a proposta que não atender o disposto no artigo 48, II, da Lei 8.666/93 e suas alterações.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



6.5. A licitante melhor classificada deverá enviar ao(à) Pregoeiro(a), na forma prevista na cláusula décima, sua proposta de preços, a planilha de composição de custos e os documentos de habilitação em campo específico do Portal de Compras Públicas, **a planilha detalhada de composição de custos deverá ser elaborada, preferencialmente, conforme modelo em anexo ao Termo de Referência e a proposta de preços deverá ser elaborada, preferencialmente conforme anexo IV deste edital, ajustadas ao último preço/lance enviado por meio eletrônico** e assinadas pelo(s) representante(s) legal(is) da empresa, para fins de habilitação do fornecedor para os itens que compõem o processo.

6.5.1. A via impressa **DEVERÁ** indicar, além do que fora descrito no subitem 6.1.5, as seguintes informações:

- 1) Identificação da proponente com a razão social da empresa ou nome completo do proponente, com CNPJ ou CPF, endereço atualizado, telefone, e-mail. O e-mail indicado na proposta será utilizado para envio do Contrato, assim como das ordens de compra e eventuais notificações que se façam necessárias;
- 2) Indicação de prazo de garantia ofertado. Esta indicação será obrigatória nos casos que for solicitado no objeto prazo mínimo de garantia;
- 3) Prazo de validade da proposta;

6.5.2. Sem caráter desclassificatório, solicita-se a indicação da pessoa responsável para assinatura do contrato, e no caso de vencedora, os dados bancários (nome e número da agência e da conta-corrente). A modificação da conta indicada deverá ser comunicada expressamente por no mínimo de 30 dias anteriores aos pagamentos.

6.6. Poderá ser admitido pelo(a) Pregoeiro(a) erro de natureza material, que poderá ser sanado de ofício, e também erro formal, desde que não comprometa o interesse público e da Administração, nem afronte o ordenamento jurídico.

7 – DO INÍCIO DA SESSÃO DE PROCESSAMENTO, JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS:
--

7.1. O(a) Pregoeiro(a), via sistema eletrônico, dará início à sessão eletrônica, na data e horário previstos no preâmbulo deste edital, com a divulgação da proposta de menor preço unitário, mas não do seu proponente.

7.2. O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O(a) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente verificará as planilhas de composição de custos apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações exigidas no Anexo II deste Edital.

7.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3.2. A não desclassificação das planilhas de composição de custos não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



7.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.5. O sistema disponibilizará campo próprio onde será possível que o(a) Pregoeiro(a) oriente e mande mensagens aos licitantes.

7.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8– DO PROCEDIMENTO DE FORMULAÇÃO DE LANCES:

8.1. Aberta a etapa competitiva, conforme determinação no preâmbulo deste Edital para “início da sessão de disputa de preços”, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão.

8.2. Iniciada a sessão eletrônica, a licitante poderá encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informada do seu recebimento e respectivos valores.

8.3. A licitante poderá oferecer lances sucessivos de preço unitário, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

8.4. Somente será aceito lance cujo valor for inferior ao último que tenha sido registrado no sistema.

8.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

8.6. Durante a sessão eletrônica, a licitante será informada, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

8.7. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da sessão eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível ao licitante para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados. Considerar-se-ão legítimos e recebidos os lances promovidos neste interím.

8.7.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa ao(s) licitante(s).

8.8. A etapa de lances da sessão pública, prevista no edital, será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrado o recebimento de lances.

8.9. Após o fechamento da etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.10. A classificação obedecerá à **ordem crescente dos preços unitários apresentados**, em relação aos itens licitados.

8.11. É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas nesse edital.

8.12. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor fixado para a execução dos serviços.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



8.13 Após comunicado o encerramento da fase de lances, a licitante detentora da melhor oferta em relação ao item, deverá comprovar sua habilitação, conforme documentação e forma exigida na Cláusula 10 deste edital.

8.14 Na hipótese da proposta ou do lance de menor preço não ser aceito, ou se o licitante vencedor desatender as exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, procederá à sua habilitação na ordem desclassificação, segundo critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

8.14.1. Convocado(s) o(s) licitante(s) remanescente(s), o(a) Pregoeiro(a), deverá realizar a negociação com este licitante para tentar alcançar o preço do classificado em primeiro lugar, observado o disposto no Decreto Municipal nº 5.697/2013.

8.15. Será considerada aceitável e válida a proposta que contemple todos os critérios de aceitabilidade estabelecidos neste instrumento convocatório.

9 – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE COM MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS:
--

9.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – EPP deverão declarar na proposta eletrônica, quando do envio da proposta inicial, que estão enquadradas nessa(s) categoria(s), em campo específico no portal eletrônico.

9.2. A ausência dessa declaração, neste momento, significará a desistência da Microempresa ou da Empresa de Pequeno Porte licitante de utilizar-se das prerrogativas a ela concedidas pela Lei Complementar Federal nº 123/06.

9.3. Em processos de ampla concorrência, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, desde que os mesmos tenham declarado se encontrar nessa categoria, conforme demanda o item 9.1.

9.4. Entende-se por empate quando as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada, desde que esta tenha sido ofertada por licitante que não possua mesmo benefício.

9.4.1. Não ocorrerá empate quando a proposta for originária de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

9.5. Ocorrendo o empate, a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

9.6. A proposta de desempate deverá ser apresentada no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, a partir da solicitação do Pregoeiro, sob pena de preclusão.

9.7. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

9.8. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos itens 9.3 a 9.6, os objetos licitados serão adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, ou seja, da empresa que não se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que apresentou a melhor proposta.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



9.9. Equiparam-se às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as Cooperativas amparadas pelo art. 34 da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, que deverão obedecer todas as formalidades de cadastramento previstas no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

9.10. As Licitantes que desejarem obter os benefícios de preferência concedidos pelas Leis 123/06 e 11.488/07 e Lei Complementar 147/14, deverão declarar, em campo próprio do sistema, sob as penas da Lei, de que cumprem com os requisitos legais para a qualificação como Cooperativa, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, estando apto a usufruir o tratamento diferenciado e estabelecido, nos termos do artigos 43 a 49, da Lei Complementar 123/06 e Lei Complementar 147/14 ou da Lei 11.488/07.

9.10.1. As licitantes que se declararem beneficiárias das Leis Complementar 123/06, Lei Complementar 147/14 e Lei 11.488/07 e NÃO COMPROVAREM OS REQUISITOS LEGAIS PARA TAL ENQUADRAMENTO serão inabilitadas, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Edital e legislação pertinente.

9.10.2. As licitantes que se declararem enquadradas e NÃO estiverem enquadradas, poderão estar sujeitas às sanções previstas no Edital e legislação pertinente.

9.10.2.1. A comprovação dos requisitos tratada neste item se dará em conformidade com a apresentação dos documentos para habilitação exigidos na cláusula décima deste edital.

10 – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

10.1. As licitantes que restarem vencedoras da rodada de lances deverão apresentar os seguintes documentos, em campo específico, por meio do sistema eletrônico e, caso vencedora, documentação física, conforme cláusula 12.

10.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou

10.2.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores; ou

10.2.3. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009; ou

10.2.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.2.4.1. Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no subitem 10.2.3, deste item;

10.2.5. Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

10.2.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.3. COMPROVAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MPE

10.3.1. Caso deseje utilizar os tratamentos jurídicos diferenciados previstos na Lei Federal nº 123/2006, o licitante deverá:

10.3.1.1. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: apresentar certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



- DNRC, emitida em até 60 (sessenta) dias anteriores à data da sessão de abertura dos envelopes;

10.3.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual, será exigida apenas a certidão de registro mencionada ao subitem 10.2.2.

10.3.1.3. No caso da licitante se tratar de sociedade cooperativa equiparada à MPE, apresentar comprovação de que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

10.4 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

10.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

10.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual ou municipal se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.3. Prova de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal, relativo à sede da licitante;

10.4.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Dívida Ativa, tributos administrados pela Receita Federal e Previdência Social);

10.4.5. Prova de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

10.4.6. Prova de regularidade junto à Secretaria de Fazenda Estadual, relativo à sede da licitante;

10.4.7. Prova de regularidade junto ao Tribunal Superior do Trabalho – CNDT.

10.4.8. No caso de beneficiários da Lei Federal nº 123/2006, havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a MPE for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério desta municipalidade, para regularização da documentação.

10.4.8.1. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao(à) Pregoeiro(a).

10.4.8.2. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

10.4.8.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado ao(a) Pregoeiro(a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.

10.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.5.1. Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

10.5.2. BALANÇO PATRIMONIAL

10.5.2.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, sendo vedado a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

10.5.2.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem apresentar balanço de abertura ou último balanço patrimonial levantado, conforme o caso.

10.5.2.3. Serão considerados, na forma da lei, o balanço patrimonial, inclusive de abertura, e demonstrações contábeis, assim apresentados:

- Publicados em diário oficial; ou
- Publicados em jornal; ou
- Por cópia ou fotocópia do livro diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os termos de abertura e de encerramento.

10.5.2.4. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis apresentadas deverão conter assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador ou, caso apresentados por meio de publicação, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

10.5.3. DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

10.5.3.1. Análise Contábil-Financeira da empresa, para avaliação de sua situação financeira, devidamente assinada pelo(s) diretor(es) da empresa e o seu(s) contador(es), consubstanciado nos seguintes índices:

A) Índice de Liquidez Geral, maior que 1,00 (um inteiro), obtido pela seguinte fórmula:

$$\frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Onde: AC = Ativo Circulante; RLP = Realizável a Longo Prazo; PC = Passivo Circulante; e ELP = Exigível a longo prazo.

B) Índice de Liquidez Corrente, maior que 1,00 (um inteiro), obtido pela seguinte fórmula:

$$\frac{AC}{PC}$$

Onde: AC = Ativo Circulante; e PC = Passivo Circulante.

C) Índice de Solvência Geral, maior ou igual a 1,00 (um inteiro), obtido pela seguinte fórmula:

$$\frac{AT}{PC + ELP}$$

Onde: PC = Passivo Circulante; ELP = Exigível a Longo Prazo; e AT = Ativo Total.

Observação: A exigência dos índices é justificável frente a SÚMULA Nº 275/2012 do Tribunal de Contas da União, que versa: Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou **garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado**, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.

10.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.6.1. A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica comprovando experiência anterior na prestação de serviços semelhantes ao objeto da presente licitação, emitido por empresa pública ou privada.

10.6.2. Considera-se como compatível, em características e quantidades, com o objeto da presente licitação, a comprovação da prestação de serviços similares, por meio de atestados, cujo somatório corresponda 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do item I do termo de referência – 10.350.000 metros lineares – ou que demonstre que possua aptidão em gerir pessoal, mediante a comprovação de que administra um mínimo de 12 postos de trabalho.

10.7. VISITA TÉCNICA:

10.7.1. A visita deverá ser agendada até o **dia 25 de março de 2021**, por solicitação através do e-mail meioambiente@bomdespacho.mg.gov.br ou através dos telefones: (37) 99106-3336 e (37)



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



3522-7383, de 8 às 17 horas, com objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes.

10.7.2. A vistoria será acompanhada por servidor da Secretaria de Meio Ambiente, o qual emitirá a declaração comprobatória da visita técnica efetuada.

10.7.3. As pessoas jurídicas interessadas em oferecer propostas deverão nomear um técnico responsável para visitar e vistoriar os locais onde os serviços serão prestados.

10.7.4. A visita técnica é facultativa, sendo admitida a sua substituição, por declaração formal assinada pelo responsável da pessoa jurídica, de que tem ciência das nuances referentes aos serviços licitados, não podendo alegar prejuízo ou incapacidade de executá-lo em razão de desconhecimento.

10.8. DECLARAÇÕES

10.8.1. Declaração geral constante do Anexo I deste instrumento convocatório, devidamente preenchida e assinada pelo representante legal da licitante.

10.9. Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

10.9.1. Os documentos relacionados nas cláusulas 10.3, 10.4 e 10.5 que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser emitidos nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à data de apresentação no sistema eletrônico.

10.10. A partir da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico, a(s) licitante(s) vencedora(s) da rodada de lances disporá(ão) de prazo máximo de 2 (duas) horas para realizar o envio da documentação completa a que se refere esta cláusula, juntamente com a proposta de preço final, acompanhada da(s) planilha(s) de composição de custos, ajustada(s) ao(s) valor(es) do(s) último(s) lance(s), sob pena de inabilitação.

11 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório, lembrando que o licitante se obriga a acompanhar todas as publicações realizadas no Diário Oficial do Município – eletrônico.

12 – DA ENTREGA E IDENTIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO FÍSICA DO VENCEDOR:

12.1. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o encerramento da sessão eletrônica, os licitantes declarados vencedores deverão apresentar os originais ou cópias autenticadas **dos documentos de habilitação, bem como da proposta de preços, acompanhada da(s) respectiva(s) planilha(s) de composição de custos**, que deverão ser entregues na Gerência de Licitação,



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



Compras e Gestão de Contratos, localizada à Avenida Maria da Conceição Del Duca, D. Saça, 150 – Jaraguá – CEP: 35600-000 – Bom Despacho-MG.

12.2. O licitante deverá apresentar a sua proposta de preço, acompanhadas da(s) respectiva(s) planilha(s) de composição de custos, e os documentos de habilitação em envelope único, com identificação da licitante, lacrado, não transparente, sobrescrito com os dizeres abaixo indicados:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO-MG

Avenida Maria da Conceição Del Duca, D. Saça, 150 – Jaraguá – CEP: 35600-000 – Bom Despacho-MG

Gerência de Licitação, Compras e Gestão de Contratos

Referência: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93/2020

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO; PROPOSTA E PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

12.3. O prazo começará a contar do primeiro dia útil após o encerramento da sessão eletrônica e, se o vencimento cair em sábado, domingo ou feriado, considerar-se-á prorrogado até o primeiro dia útil seguinte.

12.4. A licitante vencedora que, na forma prevista pelo item 10.1, deixar de entregar a documentação, entregar documentação falsa ou não mantiver sua proposta, ficará passível da aplicação de multa pecuniária de até 10% sobre o valor total de sua proposta, assim como a decretação da suspensão temporária do direito de participar de licitações deflagradas pelo Município de Bom Despacho-MG, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo período de até 5 (cinco) anos, no que couber, não afastando a possibilidade de aplicação concomitante das penalidades.

12.5. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

12.5.1. se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estarem nome da matriz;

12.5.2 se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

12.5.3. se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial;

12.5.4. serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

13.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.1.1. O prazo acima começará a contar do primeiro dia útil após a declaração do vencedor e, se o início ou vencimento cair em sábado, domingo ou feriado, considerar-se-á prorrogado até o primeiro dia útil seguinte.

13.2. A ausência de manifestação imediata e motivada do(s) licitante(s) importará: a decadência do direito de recurso; a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante(s)



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



vencedor(es); e o encaminhamento do procedimento para homologação pela autoridade competente.

13.3. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. Se o pregoeiro não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso à autoridade competente para julgá-lo.

13.5. As razões recursais e contrarrazões deverão ser apresentadas por meio específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, sendo que não serão conhecidos os recursos encaminhados por correios ou entregues pessoalmente.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

14.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao vencedor e homologará a licitação, podendo revogá-la nos termos do art. 49 da Lei Federal 8.666/93.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14.3. Homologada a licitação pela autoridade competente o proponente vencedor será convocado para assinar o Contrato.

15 – DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

15.1. A(s) vencedora(s) deverá(ão) assinar o contrato dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, contados do envio do referido instrumento à licitante por via e-mail, devendo preferencialmente ser assinado digitalmente, por meio de ASSINATURA DIGITAL, baseada em certificação digital prevista na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras — ICP Brasil, criada pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2.001.

15.1.1. Após assinado digitalmente, preferencialmente, o licitante deverá enviar o contrato a esta Gerência por meio do e-mail licitacao@pmbd.mg.gov.br ou fisicamente, caso a assinatura seja manual.

15.1.2. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

15.2. Como condição para a contratação o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pelo MUNICÍPIO, dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes desta licitação.

15.3. Quando o proponente vencedor convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato ou não apresentar situação regular, no ato da assinatura deste, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

16 – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO E DO PAGAMENTO:

16.1. A Contratante emitirá Ordem de Compra à Contratada, através de e-mail, cujo teor será repassado à empresa fornecedora, caracterizando o envio como solicitação de início da execução dos serviços contratados.

16.2. Os serviços de varrição logradouros públicos serão executados nas vias públicas do Município constantes do Projeto: Medição das ruas de Bom Despacho – Anexo II do Termo de



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



Referência.

16.3. É de responsabilidade da contratada todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como fretes, cargas, descarga, tributos, funcionários entre outros, inclusive encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

16.4. É de responsabilidade da contratada empregar materiais, equipamentos de proteção individual e coletivo, de sua posse e propriedade, adequados para execução dos serviços contratados.

16.5. O serviço deverá ter como referência de execução o Cronograma físico-financeiro (Anexo III do Termo de Referência), que possui definições e estimativas das ruas e avenidas que receberão o serviço, bem como suas medições e periodicidade de prestação do serviço. A periodicidade variará conforme a necessidade de prestação do serviço, sendo que em algumas vias o serviço poderá ser realizado na frequência de um dia na semana e até de segunda a sábado.

16.6. As medições apresentadas são estimativas de execução que possui como objetivo nortear a Contratada na prestação do serviço, sendo possível a substituição ou alteração dos locais de execução conforme necessidade da administração mediante documento assinado pelo Gestor do contrato a qualquer momento, que poderá variar entre estações do ano e épocas de festividades no Município.

16.7. O serviço será pago após a medição e avaliação da boa execução, conferência de ponto e emissão da nota fiscal aprovada pelo fiscal do contrato, até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, sendo esta data prorrogada caso também seja a aprovação retrocitada.

16.7.1. Ocorrerá retenção de pagamento em caso de litígio trabalhista que envolva a prestação de serviço do objeto licitado.

16.7.2. Não haverá pagamento por serviços parciais, inconclusos ou abandonados.

16.7.3. A Nota Fiscal/Fatura emitida pelo contratado deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº do Pregão, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento dos serviços e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

16.8. A CONTRATADA deverá manter, durante a vigência do Contrato, toda a condição de habilitação exigida por ocasião do certame, sob pena do cancelamento do respectivo Contrato e garantida a prévia defesa, aplicação da penalidade prevista em lei.

16.9. Para efeito de pagamento das etapas dos serviços executados, será obrigada a apresentação de cópia dos seguintes documentos:

16.9.1. No início da obra junto a CEI: CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, Livro ou Ficha de Registro dos empregados.

16.9.2. Mensalmente, junto a medição (referente ao mês anterior): aviso prévio ou solicitação de demissão, guia de recolhimento previdenciário, ficha de EPI, guias de recolhimento de contribuição sindical, guia de recolhimento de FGTS (GRE), guia de recolhimento de INSS (GRPS), ISSNQ, cartão de ponto dos funcionários, recibos de pagamento de 13 salário (quando houver), férias (quando houver), salários, registro de empregados com atestados médicos ocupacionais, termo de rescisão do contrato de trabalho TRCT com atestado demissional (quando houver), comunicação de acidente de trabalho (CAT), (quando houver), todos devidamente preenchidos, no que tange aos empregados designados para o serviço objeto deste instrumento.

16.9.2.1. Documentação referenciada na cláusula 16.9:

- CND INSS;
- CND FGTS;
- DAS;



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



- GRF – Guia de Recolhimento do FGTS;
- GPS – Guia de Recolhimento do INSS;
- SEFIP – Relação dos empregados ref. a GFIP;
- Cópia do protocolo de envio de arquivos emitido pela conectividade social – GFIP;
- Guias de recolhimento de contribuição sindical (anual);
- Cartão de ponto;
- Recibos de pagamento de salários;
- Recibos de pagamento de 13º salário (novembro e dezembro);
- Recibos de pagamento de férias (anual);
- Ficha de registro de empregados;
- ASO admissional;
- ASO periódico (incluindo mudança de função);
- Ficha de EPI (bimestralmente ou sempre que houver inclusão de dados);
- Ficha de registro com baixa no verso;
- Aviso prévio/ solicitação de demissão;
- TRCT – Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, (quando houver);
- Guia de recolhimento FGTS rescisório, (quando houver);
- ASO demissional;-Recibo da comunicação de dispensa (seguro-desemprego), (quando houver);
- Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, (quando houver);
- Comunicação de acidente do trabalho (CAT), caso tenha ocorrido;
- Exame de afastamento (Comunicação de Decisão + atestado médico), (quando houver);
- Exame retorno ao trabalho, (quando houver);
- Livro de Registro de Diário de Obras.

16.9.3 A documentação deverá ser entregue ao Gestor do Contrato.

16.10. Ao enviar a cópia da documentação solicitada o prestador deverá observar o seguinte:

A) o primeiro grupo será o que contém apenas os documentos da empresa, que deverão estar nesta ordem => CND INSS, CND FGTS, DAS, GRF, GPS, SEFIP – relação dos empregados, Guias de recolhimento de contribuição sindical.

B) o segundo grupo conterá apenas os documentos dos empregados, que deverão estar em ordem alfabética por empregado e na sequência a seguir: Cartão de ponto; Recibos de pagamento de salários; Recibos de pagamento de 13º salário; Recibos de pagamento de férias; Ficha de registro de empregados; ASO admissional; ASO periódico; Ficha de EPI; Ficha de registro com baixa no verso; Aviso prévio/ solicitação de demissão; Termo de rescisão do contrato do trabalho TRCT; Guia de recolhimento FGTS rescisório; ASO demissional; Recibo da comunicação de dispensa (seguro desemprego); PPP; Comunicação de acidente do trabalho (CAT), caso tenha ocorrido; Exame de afastamento (Comunicação de Decisão); Exame retorno ao trabalho.

16.10.1. Devem ser enviadas cópias por empregado dos cartões de ponto e dos recibos de pagamento, ou seja, em cada folha deve estar cópia de apenas 1 cartão de ponto ou 1 recibo de pagamento, sem misturar documentos de pessoas diferentes ou de tipos diferentes;

16.10.2. Enviar apenas cópias e não originais;

16.10.3. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva das atividades executadas.

16.10.4. Nos termos da Instrução Normativa CGM Nº 11, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2.017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.10.4.1. Não produziu os resultados acordados;

16.10.4.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



16.10.4.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.11. Os valores das propostas não sofrerão qualquer reajuste, nos termos da Lei nº 9069-95 e Lei 10.192 de 14-02-2001, e somente poderão ser alterados em caso de prorrogação contratual com reajuste de preços, com base no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) mediante requerimento do CONTRATADO e com comprovação documental, os quais serão analisados de acordo com o que estabelece o Art. 65, em seu inciso II, alínea d.

17- DAS MULTAS E PENALIDADES:

17.1. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

17.1.1. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do CONTRATO, por ocorrência.

17.1.2. 10% (dez por cento) sobre o valor do CONTRATO, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual.

17.1.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do CONTRATO, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do CONTRATO ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Administração, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

17.2. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo Município. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

17.2.1. Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que, porventura, lhe for aplicada até a data do vencimento, esse valor será descontado da nota fiscal que vier a fazer jus.

17.3. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido ou a diferença ainda não paga será objeto de inscrição na Dívida Ativa do Município de Bom Despacho e cobrado com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), ou outro índice que porventura venha substituí-lo.

17.4. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, no Decreto nº 5.450/2005 e suas alterações e na Lei nº 10.520/2002, a serem aplicadas pela autoridade competente da Prefeitura de Bom Despacho, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

17.5. Em caso de inadimplência total ou parcial do objeto deste Edital, a Prefeitura de Bom Despacho poderá aplicar à CONTRATADA, mediante publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município (DOME), as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

17.5.1. Advertência, por escrito;

17.5.2. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

17.5.3. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, bem como descredenciamento no



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02, nos casos de:

- a) ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;
- b) apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- c) retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;
- d) não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- e) comportamento inidôneo;
- f) cometimento de fraude fiscal;
- g) fraudar a execução do CONTRATO
- h) falhar na execução do CONTRATO.

17.6. Será considerado descumprido totalmente o CONTRATO quando, injustificadamente, o atraso para a execução do objeto for superior a trinta dias corridos, ensejando a aplicação de penalidade do item 17.1.2, bem como a rescisão contratual.

17.6.1. No caso de atraso superior a 15 (quinze) dias, a CONTRATANTE poderá rescindir o CONTRATO, sem prejuízo da aplicação das multas previstas e sem prejuízo das medidas administrativas e legais destinadas a ressarcir os prejuízos provocados pelo atraso.

17.7. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

17.7.1. Se o motivo causador da penalidade ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

17.8. Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados, resumidamente, no Diário Oficial Eletrônico do Município (DOMe).

17.9. Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas em Lei, será concedido prazo para defesa prévia de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

17.10. Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação no Diário Oficial do Município de Bom Despacho-MG.

17.11. As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

17.12. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17.13. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

17.14. A inobservância do prazo de 5 dias úteis da adjudicação fixado para apresentação da garantia de execução (exigida na cláusula 22) acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

17.14.1. A autorização contida nesta cláusula é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.

18 – DO CANCELAMENTO DO CONTRATO:

18.1. O Contrato da empresa poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



I – pela Administração, quando:

- a) o contratado não cumprir as exigências contidas no edital ou no Contrato;
- b) o contratado, injustificadamente, deixar de firmar o Contrato decorrente;
- c) o contratado der causa à rescisão administrativa, do Contrato, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e alterações posteriores;
- d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- e) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei n.º 8.666/93, e alterações posteriores.

II – pelo Contratado, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao contrato.

18.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

18.3. A comunicação do cancelamento do registro da empresa, nos casos previstos no item 18.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

18.4. No caso da empresa encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Bom Despacho, considerando-se cancelado o registro da empresa, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

18.5. A solicitação do prestador de serviços para cancelamento do contrato, não o desobriga da prestação dos serviços, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser proferida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o envio do pedido contendo toda a documentação comprobatória, facultada à Administração a aplicação das penalidades/sanções previstas no item 17, caso não aceitas as razões do pedido do cancelamento.

18.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para contratação dos serviços.

19 – DA RESCISÃO:

19.1. O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o Contrato independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que à CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- a) quando a CONTRATADA falir, entrar em concordata ou for dissolvida;
- b) quando houver inadimplência de Cláusulas ou condições contratuais ou desobediência a determinação do CONTRATANTE por parte da CONTRATADA;
- c) quando a CONTRATADA transferir no todo ou parte o Contrato sem prévia anuência do CONTRATANTE;
- d) quando houver atraso do fornecimento por parte da CONTRATADA, sem justificativa aceita.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima, implicará na apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais e contratuais cabíveis.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O Contratante, por conveniência exclusiva, e independentemente de cláusulas expressas, poderá rescindir antecipadamente o Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O Contrato poderá ser rescindida por solicitação da CONTRATADA, no caso do não cumprimento pelo CONTRATANTE das condições contratuais de pagamento.

19.2. Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas nos incisos I a



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



XII e XVII do Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

19.2.1. Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

19.3. O Contrato resultante da presente licitação também poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e nos casos em que se verificar que o fornecedor não preenchia ou não mais preenche os requisitos de habilitação.

19.4. Nas hipóteses legais de rescisão administrativa solicitada pelo fornecedor, esta deverá submeter o seu pedido, necessariamente fundamentado, à apreciação do Município, através de requerimento protocolado e instruído com a documentação comprobatória dos fatos alegados.

19.5. A rescisão administrativa será precedida de autorização expressa e fundamentada da autoridade competente.

19.6. O PRESTADOR DOS SERVIÇOS reconhece os direitos do MUNICÍPIO em caso de rescisão prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

20 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

20.1. As despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste pregão ocorrerão por conta da Prefeitura de Bom Despacho, na(s) dotação(ões) orçamentária(s) abaixo e demais constantes do plano de trabalho para o período de vigência do contrato:

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

11.001.0018.0452.0036.2097.33390390-61, CR: 954, Fonte: 100.

20.2. Poderão ser incluídas demais dotações constantes no plano orçamentário durante a vigência do CONTRATO.

21 – DAS CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

21.1. Cópia deste Edital estará disponível na internet, no site www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como no Site www.bomdespacho.mg.gov.br/licitacao desta Prefeitura, e também na Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos, localizada à Avenida Maria da Conceição Del Duca, D. Saça, 150, bairro Jaraguá, CEP: 35600-000, Bom Despacho-MG, de 8 às 18 horas, ao custo de R\$ 2,43 (dois reais e quarenta e três centavos) por folha reprograda, nos termos do Decreto Municipal nº 8.814, de 5 de janeiro de 2021, que atualiza a tabela de taxas da Lei Municipal nº 1.950/03 – Código Tributário Municipal – CTM/03, a ser depositada em nome do Município de Bom Despacho, ou através de Guia de Recolhimento Municipal.

21.2. As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame, obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo nos sites www.bomdespacho.mg.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br e as publicações no Diário Oficial do Município (<http://dome.pmbd.mg.gov.br/>), quando for o caso, com vistas a possíveis alterações e avisos.

21.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a sessão eletrônica.

21.3.1. Os eventuais pedidos de esclarecimentos ou impugnações deverão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico em formulário específico do provedor do sistema (www.portaldecompraspublicas.com.br). **O formulário ficará disponível para utilização até 48 (quarenta e oito) horas antes da data e hora agendada para a sessão eletrônica.**



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



21.3.2. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

21.3.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório e, caso haja modificação no edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.3.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o licitante que não o fizer dentro do prazo ora estabelecido.

22 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

22.1. Para condição de assinatura do contrato, como garantia do cumprimento integral de todas as obrigações contratuais ora assumidas, inclusive indenizações a terceiros e multas que venham a ser aplicadas, deverá a vencedora prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor adjudicado, no prazo de 5 dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação.

22.2. A CONTRATADA se obriga a manter o valor da garantia sempre em 5% (cinco por cento) do valor total contratual, ou seja, valor inicial mais os termos aditivos formalizados.

22.3. A garantia e seus reforços poderão ser realizados em uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro;
- b) título da dívida pública, considerado apenas o seu valor de mercado certificado por Bolsa de Valores;
- c) seguro garantia correspondente, no qual deverá constar cláusula de cancelamento do seguro somente com a anuência do Município. A apólice deverá prever cobertura quanto às multas de caráter punitivo aplicáveis no âmbito da execução contratual;
- d) fiança bancária.

22.4. No caso de opção por caução em dinheiro, a Contratada deverá procurar a Tesouraria da Prefeitura para obter instruções de como efetuar-la.

22.5. A contratada deverá apresentar o comprovante de depósito se a garantia for prestada por caução em dinheiro.

22.6. A garantia ficará a responsabilidade e a ordem da Contratante e somente será restituída após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

22.7. Se a garantia prestada pela Contratada for na modalidade de caução em dinheiro, esta será atualizada monetariamente e poderá ser retirada/levantada pelo Contratante, total ou parcialmente, para fins de cobertura de pagamento das multas previstas no Contrato.

22.8. Nas hipóteses em que a garantia for utilizada total ou parcialmente – como para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da Contratada, de seu preposto ou de quem em seu nome agir, ou, ainda, nos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal – a Contratada deverá, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, recompor o valor total dessa garantia, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Lei 8.666, salvo na hipótese de comprovada inviabilidade de cumprir tal prazo, mediante justificativa apresentada por escrito e aceita pelo Gestor do Contrato.

22.9. Na hipótese de rescisão do Contrato, por descumprimento das obrigações contratuais, a Contratante executará a garantia contratual para seu ressarcimento, nos termos do art. 80, III, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

22.10. O início da prestação dos serviços se dará após a comprovação de prestação da Garantia.

22.11. A Contratante fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir quaisquer imperfeições na



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da Contratada, de seu preposto ou de quem em seu nome agir.

22.12. A garantia será restituída automaticamente, ou por solicitação, no prazo de até 3 (três) meses contados do final da vigência do contrato ou da rescisão, em razão de outras hipóteses de extinção contratual previstas em lei.

22.13. A devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, será acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

23 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

23.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

23.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.7. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.8. Para celeridade dos trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar em sua documentação o endereço e os números de telefone e e-mail.

23.9. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, por servidor público desta Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

23.10. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração.

23.11. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo(a) Pregoeiro(a).

23.12. A Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei nº 8.666/93).



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



23.13. É facultada ao(à) Pregoeiro(a) ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

23.14. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

23.15. São anexos deste edital:

- ANEXO I – Modelo de declarações;
- ANEXO II – Termo de referência;
- ANEXO III – Minuta do Contrato;
- ANEXO IV – Modelo de proposta;
- ANEXO V – Modelo de Termo de Credenciamento.

23.16. Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Bom Despacho-MG, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do Contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

23.17. O(s) Contrato(s), celebrado(s) em ocasião do certame, será(ão) gerido(s) pelos servidores José Ascânio da Silva (Titular) e Rogério Aparecido de Mesquita (Suplente), lotados na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, conforme publicação da Portaria 28/2020/SMMA, na Edição nº 845 do Boletim Administrativo do Poder Executivo de Bom Despacho – BAPE, de 3 de dezembro de 2.020.

23.18. O(s) Contrato(s), celebrado(s) em ocasião do certame, será(ão) fiscalizados(s) pelo servidor José Ascânio da Silva, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, conforme indicação da Secretária da pasta.

23.18.1. O Fiscal do Contrato será responsável por acompanhar a realização dos trabalhos, garantir sua qualidade, tempestividade e regularidade, fazer recomendações, notificar a empresa contratada e, quando for o caso, propor aplicação das penalidades cabíveis.

23.18.2. Eventual omissão ou tolerância do fiscal do contrato ou do Município de Bom Despacho não autoriza a empresa contratada a se considerar desobrigada de qualquer de suas responsabilidades.

23.18.3. A empresa contratada se obriga a refazer qualquer trabalho que o fiscal aponte como mal feito ou não feito, sem qualquer ônus para o Município de Bom Despacho.

Bom Despacho, 12 de março de 2.021, 109º ano de emancipação do Município.

Flávia Luciana Rodrigues Mendes
Gerente de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



ANEXO I

DECLARAÇÕES

Referência: Processo nº 261/2020, Pregão Eletrônico nº 93/2020.

A empresa _____, CNPJ nº _____,
situada na _____, Bairro _____, na cidade de _____.

Por intermédio de seu representante legal ou procurador que abaixo assina ao município de Bom Despacho-MG:

DECLARA que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

DECLARA que atende as condições de habilitação previstas no edital do processo licitatório em epígrafe e que se submete a todas as condições nele previstas.

(Em caso afirmativo, declarar esta ressalva) *DECLARA* que possui restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no artigo 81, da Lei Federal nº 8.666/93.

(Opcional) *DECLARA* que cumpre os requisitos legais para qualificação como (incluir a condição da empresa: ME, EPP ou equivalente), artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

DECLARA que se compromete a entregar os objetos e/ou a prestar os serviços que lhe forem adjudicados conforme a descrição do Anexo II do edital deste certame, desconsiderando qualquer erro que porventura houver cometido na elaboração da proposta.

DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

DECLARA que NÃO está declarada INIDÔNEA, SUSPENSA e nem está IMPEDIDA de contratar com a Administração Pública. (Em caso de declaração de inidoneidade, suspensão ou impedimento, o licitante deverá proceder com a ressalva informando os entes da Administração Pública que emanaram as respectivas declarações, para análise do caso concreto quanto à possibilidade de participação no certame)

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

Local e data.

Assinatura do representante ou procurador da empresa

Nome do representante ou procurador da empresa



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de varrição dos logradouros públicos do Município de Bom Despacho.

2. Justificativa:

O Município de Bom Despacho fez o último concurso público para o cargo de auxiliares de serviços gerais há 14 anos, ou seja, em 2006. Após esse concurso a Administração Municipal possuía um quadro de 76 servidores designados para essa função.

No entanto, esse número diminuiu com o passar dos anos. Desde 2013, a municipalidade teve perda de 16 ASG em decorrência de aposentadorias e falecimentos. Ademais, até dezembro de 2020, 6 auxiliares se aposentam.

Com essas perdas, restaram apenas 54 agentes de serviços gerais lotados na Secretaria de Meio Ambiente, dos quais apenas 32 deles são responsáveis pelo serviço de varrição.

Além dos falecimentos e aposentadorias, desde a declaração de estado de emergência do Município de Bom Despacho devida a Pandemia causada pelo vírus COVID-19, o órgão ambiental teve um desfalque de 4 (quatro) agentes de serviços gerais que fazem a limpeza com varrição no meio urbano.

Isso porque esses quatro servidores foram classificados no grupo de risco, por possuírem doenças crônicas respiratórias, razão pela qual a Organização Mundial de Saúde orienta o isolamento dessas pessoas, enquanto perdurar o estado de emergência, ou seja, por tempo indeterminado, como medida de enfrentamento ao vírus.

Em razão desses afastamentos e das perdas, a limpeza urbana da cidade está demasiadamente prejudicada, pois a Secretaria de Meio Ambiente não consegue prestar o serviço a população bom-despachense com apenas 28 ASGs, pois esse número é insuficiente para atender a demanda da cidade, posto que a metragem das vias passíveis de varrição é bastante extensa, conforme demonstra documento anexo, e que hoje o Município de Bom Despacho possui 70 bairros recebidos pelo Poder Executivo Municipal.

A varrição executada pelos efetivos, atualmente, é realizada em algumas praças e avenidas do Município, tais como: Praça Wilson Lopes, Praça Miguel Gontijo, Praça da Prefeitura, Praça do Batalhão, Praça da Estação, Praça São José, Praça do Caic, Praça do Jaraguá, Praça do Rosário, Praça da Liberdade, Praça Santa Ângela, Avenida das Palmeiras e Rua da Fábrica, Praça do Rotariano, Avenida Rio de Janeiro e Rua Irmã Maria, Praça da Matriz, entorno da Igreja São Vicente, Avenida Lalemã Vieira, Avenida Martinho Campos, ruas e praças do 7ºBPM, Praça do JK e Praça Ana Rosa.

No entanto, o serviço de varrição não pode ser paralisado, pois trata-se de serviço essencial, por estar ligado diretamente à saúde pública da população, já que suas ausências propiciam riscos de degradação ambiental e de doenças como Leptospirose, Disenteria Bacteriana, além de piorar a epidemia da Dengue, problema preocupante no Município de Bom Despacho.

É tão preocupante a epidemia da Dengue que, desde janeiro, Bom Despacho registrou 1181 casos suspeitos de dengue, 645¹ casos confirmados, 1 óbito confirmado e 1 morte sob

1 <http://www.bomdespacho.mg.gov.br/?s=casos+de+dengue&x=0&y=0>



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



investigação desta doença, sendo que alguns destes casos necessitaram de unidade de tratamento intensivo, cujo sistema de monitoramento de paciente é contínuo e complexo.

Ademais, esta deficiência de servidor dificilmente poderá ser suprida com concursos públicos, isso porque não se consegue pessoas interessadas em fazer provas para esse cargo e porque os governos estaduais e federal têm orientado a edição de editais de concursos com vagas apenas para cargos de média e de alta complexidade, não sendo o caso dos auxiliares de serviços gerais.

Além disso, esbarramos na vedação de contratações temporárias, feitas através de Processo Seletivo Simplificado, para o desenvolvimento dessas funções, pois a Carta Magna permite contratação por tempo determinado apenas para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, fato pelo qual o serviço continuado não se enquadra na exceção do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Por fim, sabe-se que a terceirização de atividades-meio no âmbito do poder público gera economia financeira, pois otimiza recursos humanos e espaços físicos; reduz custos a municipalidade, devido ao barateamento na prestação dos serviços, proporcionado pela competição do processo licitatório; proporciona agilidade pela substituição de custos fixos, decorrentes da manutenção ociosa de estruturas internas, por custos variáveis; e proporciona o direcionamento da empresa contratada para sua atividade principal, permitindo o aumento de produtividade, aprimoramento do serviço e diminuição de custos.

Assim, por todas essas razões, justifica-se a contratação de empresa para desenvolver o serviço continuado de varrição de logradouro público no Município de Bom Despacho.

3. Descrição do objeto:

Item	Descrição do Objeto:	Qtd. Total	Unid.	Valor Mensal	Valor Anual
I	Prestação de serviço continuado de varrição dos logradouros públicos de Bom Despacho.	20.700.000	Metros Lineares	R\$ 100.222,50	R\$ 1.202.670,00

A empresa contratada ficará responsável por realizar o serviço de varrição das vias públicas no Município de Bom Despacho.

4. Especificação da prestação do serviço:

O serviço a ser prestado pela empresa contratada compreende na varrição das vias públicas do Município de Bom Despacho.

4.1 Varrição Manual:

Entende-se como varrição manual em vias e logradouros públicos, a operação manual de recolhimento e remoção dos resíduos espalhados nas vias e logradouros públicos, compreendendo as praças públicas, sarjetas, os canteiros centrais e os passeios, em uma faixa máxima de 1,5 m de largura do meio-fio para a calçada e de 0,50 m do meio-fio para a pista de rolamento e os resíduos deverão ser acondicionados em sacos plásticos de 100 (cem) litros, utilizando-se como recipiente o carrinho do tipo pontal, lutocar e/ou outro que apresente o mesmo ou maior desempenho.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



As etapas executivas dos serviços têm a seguinte sequência a ser cumprida pela empresa contratada:

- a) verificar as ferramentas, EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva), de uso obrigatório da equipe;
- b) executar o serviço de varrição nos locais determinados;
- c) amontoar e acondicionar os resíduos provenientes dos serviços em sacos plásticos e/ou lutocares;

As ferramentas necessárias para a execução deste serviço são vassourão com cabo, rastelo e pá quadrada, usadas para recolher resíduos e varrer o local, carrinho para coleta de resíduos e sacos plásticos resistentes com capacidade de 100 litros.

Os sacos plásticos e/ou lutocares utilizados para depositar os resíduos sólidos retirados das vias públicas serão colocados em ponto pré-determinado pelo gestor do contrato, na via onde foi executado o serviço, a fim de que a municipalidade realize a disposição final desses resíduos.

O serviço de varrição deverá ser programado para ser executado de segunda-feira a sábado, conforme ordem de serviço emitida, podendo incluir, excepcionalmente, os domingos e feriados para a varrição em áreas de maior movimento de pedestres e veículos.

4.2 Da execução

O serviço deverá ter como referência de execução o Cronograma físico-financeiro (anexo III) deste Termo, que possui definições e estimativas das ruas e avenidas que receberão o serviço, bem como suas medições e periodicidade de prestação do serviço. A periodicidade variará conforme a necessidade de prestação do serviço, sendo que em algumas vias o serviço poderá ser realizado na frequência de um dia na semana e até de segunda a sábado.

As medições apresentadas são estimativas de execução que possui como objetivo nortear a Contratada na prestação do serviço, sendo possível a substituição ou alteração dos locais de execução conforme necessidade da administração mediante documento assinado pelo Gestor do contrato a qualquer momento, que poderá variar entre estações do ano e épocas de festividades no Município.

5. Das obrigações e responsabilidades da contratada

5.1 O serviço deverá ser realizado por empresa capacitada, utilizando os materiais, equipamentos de proteção individual e coletivo adequados.

5.2 Assegurar a proteção e conservação dos bens públicos e particulares, bem como a segurança dos empregados, exigindo-se o uso dos EPIs que a atividade de varrição requer e, durante a Pandemia do vírus COVID-19, o uso de EPIs específicos que a Organização Mundial da Saúde exige.

5.3 Após a emissão da ordem de serviço, a prestação do serviço deverá ser iniciada no prazo máximo de cinco dias.

5.4 Conforme o término do serviço, a contratada deverá informar ao gestor do contrato, para proceder a devida vistoria e a medição.

5.5 Em hipótese alguma o prestador de serviço ateará fogo ao material encontrado, seja ele lixo doméstico, comercial, industrial ou resultado da própria limpeza.

5.6 Executar, conforme a melhor técnica, o serviço contratado, obedecendo rigorosamente as normas da ABNT aplicáveis à matéria, bem como as instruções, especificações e detalhes



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



fornecidos ou ditados pelo Município de Bom Despacho.

5.7 Conduzir o serviço em estrita observância às normas da legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo os locais dos serviços nas melhores condições de segurança.

5.8 Caso haja algum impedimento para a execução do serviço citado neste termo de referência, a contratada deverá entrar em contato com o fiscal do contrato e a empresa contratada não ficará isenta da responsabilidade de executar o serviço no local em outro momento.

5.9 Quando o serviço programado deixar de ser realizado por negligência da empresa contratada, ela será devidamente responsabilizada.

5.10 Reparar, corrigir ou refazer, imediatamente, e às suas expensas, serviços incompletos, de má qualidade ou que por qualquer motivo, por culpa ou dolo, não atenda à qualidade exigível, sem prejuízo das penalidades porventura cabíveis.

5.11 A segurança dos usuários, dos trabalhadores e dos transeuntes durante a execução do serviço é de total responsabilidade da empresa contratada, que também responderá por acidentes que venham a ocorrer em virtude de serviços com defeitos de execução ou em desconformidade com estas especificações ou normativas aplicáveis.

5.12 Responder por danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, a que tenha dado causa por culpa ou dolo. A prerrogativa de fiscalizar que cabe à Contratante não poderá, em nenhuma hipótese, ser usado como pretexto para excluir ou reduzir a responsabilidade da Contratada, quer a Contratante tenha ou não usado suas prerrogativas.

5.13 Não permitir que seus funcionários dependure sacolas de lixo em veículos particulares, bem como jogue restos de resíduos em bens particulares e públicos.

5.14 Os empregados da contratada são de responsabilidade da empresa, que deverá analisar e disponibilizar o número de funcionários necessários ao bom cumprimento da ordem dos serviços.

5.15 Correrá por conta da empresa contratada os encargos devidos aos seus funcionários e demais exigências das leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e outras de qualquer natureza, bem como indenização de acidentes de trabalho de qualquer natureza, respondendo inclusive, pelos danos causados a seus prepostos, ao patrimônio público ou a terceiros.

5.16. Arcar com o pagamento de 40% (quarenta por cento) para cada empregado, a título de adicional de insalubridade, em atendimento à Súmula TST 448, bem como com os benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho da Federação Emp. Turismo e Hospitalidade de Minas Gerais e Sindicato das Empresas de Coleta, Limpeza e Industrialização de Lixo de Minas Gerais.

5.17 Os funcionários da empresa contratada deverão se apresentar nos locais de trabalho, devidamente uniformizados e identificados pelo nome.

5.18 A empresa contratada deverá manter no município um encarregado geral para representá-la, caso não tenha instalações neste Município.

5.19 O Município terá direito de recomendar a dispensa do funcionário da empresa contratada, cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço. Se a dispensa do funcionário der origem a ação na Justiça para a empresa contratada, o Município não terá responsabilidade.

5.20 O Município poderá, a qualquer momento, exigir a troca de ferramentas, ou



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



equipamentos que não estejam adequados às exigências do serviço de varrição.

5.21 Não haverá pagamento por serviços parciais, inconclusos ou abandonados.

5.22 Aos empregados da contratada é terminantemente proibida a ingestão de bebidas alcoólicas durante a execução do serviço contratado, bem como pedirem no exercício das funções gratificações ou donativos de qualquer espécie.

5.23 A contratada deverá permitir e facilitar à fiscalização dos serviços, em qualquer dia e horário, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados, inclusive dados técnicos e operacionais sobre os serviços.

5.24 Informar ao gestor do contrato a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, no todo ou em parte, bem como qualquer ocorrência anormal, acidente ou incidente que possa prejudicar, atrasar ou impedir a execução dos serviços, indicando desde logo as alternativas cabíveis para regularizar a situação.

5.25 Manter preposto, aceito pela Administração, no local do serviço, para representá-la na execução do contrato.

5.26 Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

5.27 Cumprir e fazer cumprir as normas regulamentares de Segurança, Medicina e Higiene do Trabalho.

6. Visita Técnica:

O licitante deverá realizar visita técnica nos locais onde serão prestados os serviços até o penúltimo dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, com objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, mediante prévio agendamento de horário, junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

A vistoria será acompanhada por servidor da Secretaria de Meio Ambiente, o qual emitirá a declaração comprobatória da visita técnica efetuada.

O licitante que decidir por não fazer visita técnica deverá apresentar declaração no certame de que tem ciência das nuances referentes aos serviços licitados, não podendo alegar prejuízo ou incapacidade de executá-lo em razão de desconhecimento.

7. Qualificação técnica:

A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica comprovando experiência anterior na prestação de serviços semelhantes ao objeto da presente licitação, emitido por empresa pública ou privada.

Considera-se como compatível, em características e quantidades, com o objeto da presente licitação, a comprovação da prestação de serviços similares, por meio de atestados, cujo somatório corresponda 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do item I do termo de referência – 10.350.000 metros lineares – ou que demonstre que possua aptidão em gerir pessoal, mediante a comprovação de que administra um mínimo de 12 postos de trabalho.

8. Qualificação Econômico-Financeiro:

A empresa licitante deverá apresentar as seguintes qualificações econômico-financeiro:

a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, sendo vedado a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



As empresas com menos de um exercício financeiro devem apresentar balanço de abertura ou último balanço patrimonial levantado, conforme o caso.

Serão considerados, na forma da lei, o balanço patrimonial, inclusive de abertura, e demonstrações contábeis, assim apresentados:

- Publicados em diário oficial; ou
- Publicados em jornal; ou
- Por cópia ou fotocópia do livro diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os termos de abertura e de encerramento.

O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis apresentadas deverão conter assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador ou, caso apresentados por meio de publicação, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

b) Análise Contábil-Financeira da empresa, para avaliação de sua situação financeira, a ser apresentada em memorial de cálculo dos índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e solvência geral (SG), assinada pelo contador responsável, com as seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Passivo Circulante}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo circulante} + \text{exigível a longo prazo}}$$

$$\text{Passivo circulante} + \text{exigível a longo prazo}$$

Será considerada apta financeiramente a empresa que tiver os índices de liquidez geral (LG) maiores que 1 (um).

c) Apresentação de certidão negativa de falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida, no máximo 60 (sessenta) dias antes da data fixada para entrega das propostas.

9. Garantia:

9.1. Como garantia do cumprimento integral de todas as obrigações contratuais ora assumidas, inclusive indenizações a terceiros e multas que venham a ser aplicadas, a CONTRATADA providenciará como condição de assinatura do contrato, a prestação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor adjudicado, no prazo de 5 dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, podendo escolher uma das modalidades abaixo:

9.1.1. Caução em dinheiro;

9.1.2. Título da dívida pública, considerado apenas o seu valor de mercado certificado por Bolsa de Valores;

9.1.3. Seguro garantia correspondente, no qual deverá constar cláusula de cancelamento do seguro somente com a anuência do Município. A apólice deverá prever cobertura quanto às multas de caráter punitivo aplicáveis no âmbito da execução contratual;

9.1.4. Carta de fiança bancária.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



9.2. O valor da garantia será atualizado nas mesmas condições do valor contratual.

9.3. A garantia ficará a responsabilidade e a ordem da Contratante e somente será restituída após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

9.4. Se a garantia prestada pela Contratada for na modalidade de caução em dinheiro, esta será atualizada monetariamente e poderá ser retirada/levantada pelo Contratante, total ou parcialmente, para fins de cobertura de pagamento das multas previstas no Contrato.

9.5. Nas hipóteses em que a garantia for utilizada total ou parcialmente – como para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da Contratada, de seu preposto ou de quem em seu nome agir, ou, ainda, nos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal – a Contratada deverá, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, recompor o valor total dessa garantia, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Lei 8.666, salvo na hipótese de comprovada inviabilidade de cumprir tal prazo, mediante justificativa apresentada por escrito e aceita pelo Gestor do Contrato.

9.6. Na hipótese de rescisão do Contrato, por descumprimento das obrigações contratuais, a Contratante executará a garantia contratual para seu ressarcimento, nos termos do art. 80, III, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

9.7. O início da prestação dos serviços se dará após a comprovação de prestação da Garantia.

9.8. A Contratante fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da Contratada, de seu preposto ou de quem em seu nome agir.

9.9. A garantia será restituída automaticamente, ou por solicitação, no prazo de até 3 (três) meses contados do final da vigência do contrato ou da rescisão, em razão de outras hipóteses de extinção contratual previstas em lei.

9.10. A inobservância do prazo de 5 dias úteis da adjudicação fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

9.11. A autorização contida neste subitem é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.

9.12. A devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, será acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

10. Estimativa do custo:

Para o serviço descrito no item I deste termo de referência, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente considerou 75.000 (setenta e cinco mil) metros lineares dia de varrição a serem realizadas nas principais vias da cidade, que multiplicados aos dias trabalhados no mês obtivemos 1.725.000 (um milhão, setecentos e vinte e cinco mil) metros lineares.

Conforme demonstrado na planilha de custos anexa a esse termo de referência, o metro linear de serviço de varrição é de R\$ 0,0581, chegando-se ao valor total mensal de R\$ 100.222,50 e anual em R\$ 1.202.670,00.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



Os valores considerados para a prestação dos serviços foram calculados com base em Convenção Coletiva de Trabalho da Federação Emp. Turismo e Hospitalidade de Minas Gerais e Sindicato das Empresas de Coleta, Limpeza e Industrialização de Lixo de Minas Gerais, preços atuais do mercado dos equipamentos, vestiários, EPI e EPC, tributos e obrigações, além da tarifa de transporte público da concessionária do Município de Bom Despacho.

Como condição de adjudicação, a contratada deverá apresentar planilha de estimativa de custo do objeto referente ao termo de referência, a qual demonstrará que o licitante vencedor consegue executar o serviço com o valor proposto e arcar com todas obrigações inerentes ao serviço.

11. Das generalidades:

- a) Critério de julgamento: Menor preço por item.
- b) Recursos orçamentários: Recurso Próprio.

12. Da Gestão do serviço de varrição:

A contratante designa o servidor José Ascânio da Silva como gestor do contrato para acompanhar a realização dos trabalhos, garantir sua qualidade, tempestividade e regularidade, fazer recomendações, notificar a empresa contratada e, quando for o caso, propor aplicação das penalidades cabíveis.

Eventual omissão ou tolerância do gestor do contrato ou do Município de Bom Despacho não autoriza a empresa contratada a se considerar desobrigada de qualquer de suas responsabilidades.

A empresa contratada se obriga a refazer qualquer trabalho que o gestor aponte como mal feito ou não feito, sem qualquer ônus para o Município de Bom Despacho.

13. Do prazo de execução do serviço:

A validade do contrato será de 12 (doze) meses a contar a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, cabendo em caso de prorrogação, reajuste anual de preço com base no índice financeiro IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

14. Dotação Orçamentária:

O serviço a ser contratado correrá por conta da dotação orçamentária nº 11.001.0018.0452.0036.2097.33390390-61, CR 954, Fonte 100

15. Forma de Pagamento:

O serviço será pago após a medição e avaliação da boa execução, conferência de ponto e emissão da nota fiscal aprovada pelo fiscal do contrato, até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, sendo esta data prorrogada caso também seja a aprovação retrocitada.

Ocorrerá retenção de pagamento em caso de litígio trabalhista que envolva a prestação de serviço do objeto licitado.

Fazem parte integrante do presente Termo de Referência:

Anexo I: Planilha de Composição de Custos;

Anexo II: Projeto: Medição das ruas de Bom Despacho;



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



Anexo III: Cronograma físico-financeiro.

Bom Despacho, 9 de março de 2.021, 109º ano de emancipação do Município.

Diego Costa da Silva
Técnico em Gestão em Pública Municipal

Vital Libério Guimarães
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Ordenador de Despesas



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



ANEXO I – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Planilha de Custos – Serviço de Varrição – 09/03/2021											
Custo Mensal de Mão de obra											
Salário Categoria		1.138,02		Quantidade			Composição Salarial				
Profissional		Salário Mínimo					Insalubridade 40 %		Salário Bruto		
Varredeira				25			1.100,00		440,00		1.578,02
Salário Bruto										39.450,50	
CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2021 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MG000324/2021		Auxílio Transporte	Auxílio Alimentação	Desconto Auxílio Alimentação	Cesta Básica Mensal	Cesta de Natal	Cesta de Gratificação de Férias		Total		
		93,26	13,76	20,00%	180,16	180,16	180,16		-		
		R\$ 2.331,50	R\$ 8.944,00	-R\$ 1.788,80	R\$ 4.504,00	R\$ 375,33	R\$ 375,33		R\$ 14.741,37		
Total de Benefícios										14.741,37	
Encargos Trabalhistas			INSS	Sistema S	Salário Educação	FGTS	Seguro Acidente de Trabalho (RAT X FAT)		Total		
			20,00%	1,50%	2,50%	8,00%	3,00%		35,00%		
			7.890,10	591,76	986,26	3.156,04	1.183,52		13.807,68		
Total de Encargos Trabalhistas										13.807,68	
13º Salário						13º Salário		Incidência de Encargos Sobre o 13º Salário		Total	
						8,33%		35,00%			
						3.286,23		1.150,18		4.436,41	
Total de 13º										4.436,41	
Provisão de Rescisão		Aviso Prévio Indenizado	Incidência de FGTS sem aviso prévio indenizado	Multa do FGTS e Contribuições sociais s/aviso prévio indenizado	Aviso Prévio Trabalhado	Incidência de FGTS sem aviso prévio trabalhado	Multa de FGTS e contribuições do aviso prévio trabalhado		Total		
		0,42%	0,03%	2,15%	1,94%	0,71%	2,15%		7,40%		
		165,69	11,84	848,19	765,34	280,10	848,19		2.919,34		
Total de Provisão de Rescisão de Contrato										2.919,34	
Custo com funcionário Ausente		Férias e Terço Constitucional de férias	Ausência por Doença	Licença Paternidade	Ausências Legais	Ausência por Acidente de Trabalho	Sub Total	Incidência de encargos sociais e trabalhistas sobre custo de reposição		Total	
		11,11%	1,39%	0,02%	0,28%	0,33%	13,13%	35,00%			
		4.382,95	548,36	7,89	110,46	130,19	5.179,85	1812,95		6.992,80	
Total de gastos com funcionário ausente										6.992,80	
Ferramentas/ EPIs/ EPCs/ Uniformes											
Máscara cirúrgica descartável (1.725 por mês, considerando 3 máscaras por dia por empregado)					Quant.	Unidade	Valor Unitário		Valor Total		
Álcool em gel 70% (2 litros de álcool por empregado por mês)					1.725	Unidade	0,60		1.035,00		
Calça de tecido (Duas calças por empregado ao ano, dividir por 12 para encontrar custo mensal)					50	Litros	6,00		300,00		
Calça de tecido (Duas calças por empregado ao ano, dividir por 12 para encontrar custo mensal)					50	Unidade	35,00		145,83		
Camisa (Três por empregado ao ano, dividir por 12 para encontrar custo mensal)					75	Unidade	29,90		186,88		
Boné modelo árabe (Dois por empregado ao ano, dividir por 12 para encontrar custo mensal)					50	Unidade	6,84		28,50		
Botina de segurança, sem bico de aço (Duas por empregado ao ano, dividir por 12, custo mensal)					50	Pares	26,99		112,46		
Saco de Lixo de 100 L (Pacote de 100 unidades) 25 pacotes por mês					25	Pacote	23,00		575,00		
Carrinho para limpeza pública (vida útil 12 meses, dividir por 12 para encontrar custo mensal)					13	Unidade	198,70		215,26		
Pá quadrada de plástico (vida útil 4 meses)					75	Unidade	6,20		38,75		
Vassourão com cabo (Vida útil 3 meses)					100	Unidade	18,70		155,83		
Rastelo com Cabo (Vida útil 3 meses)					100	Unidade	9,71		80,92		
Luvas de Segurança (Dois pares ao mês por empregado)					50	Pares	7,84		392,00		
Capa de chuva longa na cor amarela (1 unidade por empregado ao ano, dividir por 12, custo mês)					25	Unidade	12,03		25,06		
Bloqueador Solar (Um litro tem rendimento para cinco pessoas por mês)					5	Frasco	68,00		340,00		
Custo total de EPI's e Uniforme										3.631,49	
Resumo de Custo com empregado											
Salário Bruto										39.450,50	
Benefícios										14.741,37	
Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições										13.807,68	
13º Salário										4.436,41	
Custo Com Rescisão										2.919,34	
Custo Com Reposição de funcionário Ausente										6.992,80	
Uniforme, Ferramentas e EPI's										3.631,49	
Custo Total de Empregados, Uniformes, Ferramentas e EPI's										85.979,57	
Custo total do serviço										85.979,57	
Produção diária por trabalhador (Metros Lineares)										3.000	
Produção Mensal										1.725.000	
Despesa Tributária e Margem de Lucro											
PIS							0,65%		650,98		
COFINS							3,00%		3.004,53		
ISSQN							3,00%		3.004,53		
Margem de Lucro							5,00%		5.007,55		
Despesa Administrativa							2,00%		2.003,02		
Custo Financeiro Médio do Capital de Giro							0,50%		500,75		
Total de Tributos							14,15%		14.171,36		
Custo Total de Encargos Sociais , Trabalhistas e Tributos										100.150,93	
Custo do metro de varrição										0,0581	
Obs.: Considerando empresa de prestação de serviço tributada pelo lucro presumido											
Memória de Cálculo Vale Transporte: 3,05x2 = 6,10 x26 = 158,60 – 65,34 = 93,26											
Podendo o empregador Efetuar o desconto de 6% sobre o Salário Base do Empregado											
Salário Base 1.138,02 x 6% = R\$ 68,28											
Resumo do Custo Total											
Mensal										100.222,50	
Anual										1.202.670,00	



ANEXO II – PROJETO: MEDIÇÃO DAS RUAS DE BOM DESPACHO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – BOM DESPACHO, MINAS GERAIS.

Projeto: Medição das ruas de Bom Despacho

FLAVIA LAIS DIAS

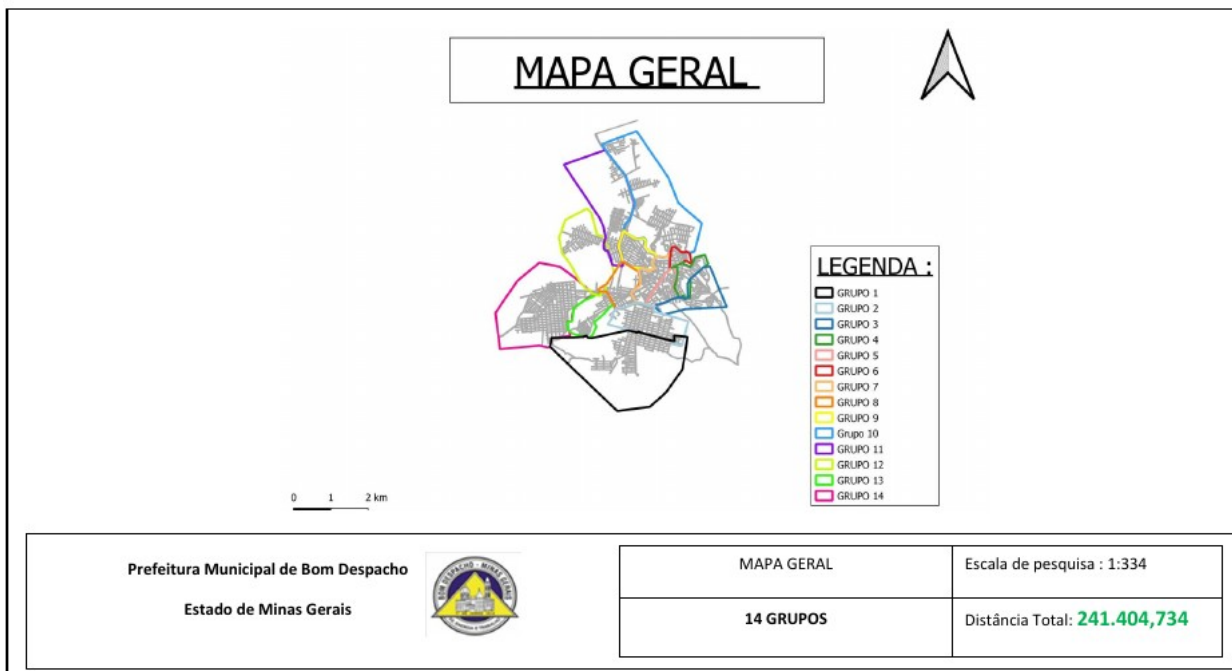
OLIVEIRA:11694492630

Assinado de forma digital por FLAVIA
LAIS DIAS OLIVEIRA:11694492630
Dados: 2020.05.26 07:44:42 -03'00'

Flávia Laís Dias Oliveira

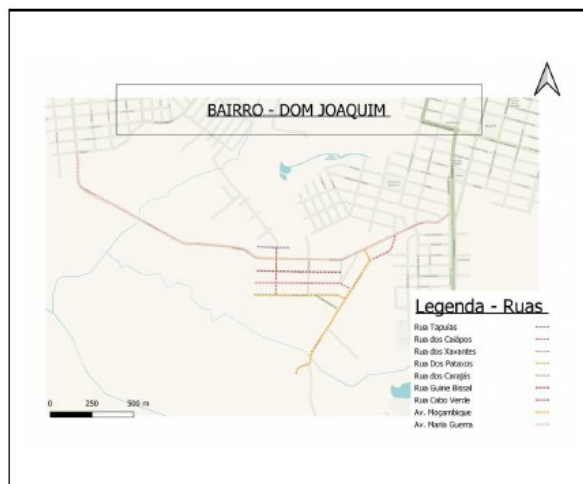


Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos





Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos

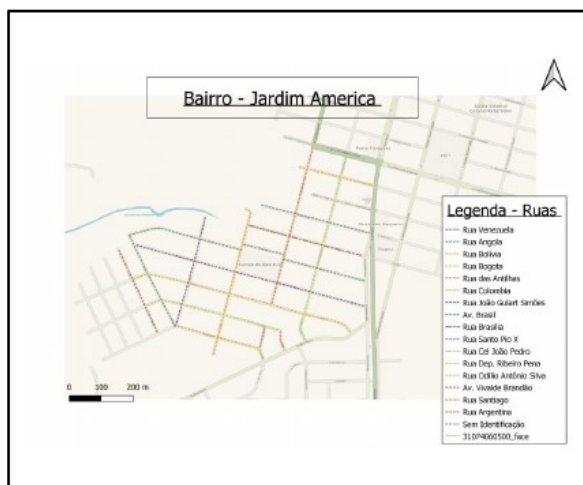


Dom Joaquim	
Av. Maria Guerra	2581,016
Av. Moçambique	899,921
Rua Cabo Verde	232,586
Rua Guiné-Bissal	281,049
Rua dos Carajás	158,418
Rua dos Pataxós	545,835
Rua dos Xavantés	581,713
Rua dos Caiápos	503,029
Rua Tapuias	184,826
Sem Identificação	1933,158
TOTAL (m):	7901,551

Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais



GRUPO 1	Escala de pesquisa : 1:334
Bairro Dom Joaquim	-



Bairro Jardim América	
Rua Argentina	293,937
Rua Angola	318,014
Rua Venezuela	348,48
Rua Santiago	460,232
Av. Vivalde Brandão	579,531
Rua Odílio Antônio Silva	603,916
Rua Dep. Ribeiro Pena	242,273
Rua Cel João Pedro	192,106
Rua Santo Pio X	354,317
Rua Brasília	377,862
Av. Brasil	755,214
Rua João Goulart Simões	750,925
Rua Colômbia	313,492
Rua das Antilhas	66,844
Rua Bogota	436,232
Rua Bolívia	720,409
TOTAL (m):	6813,784

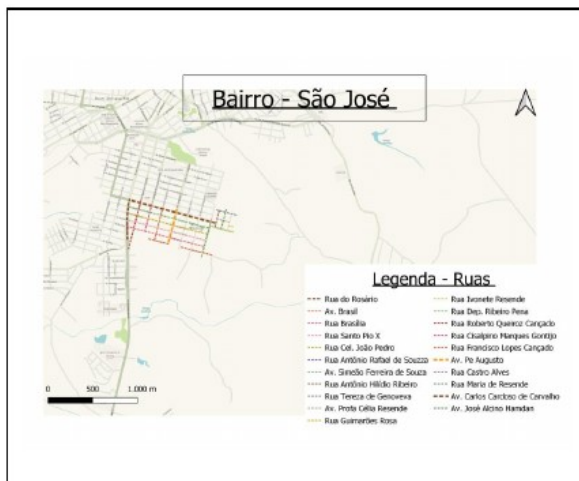
Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais



GRUPO 1	Escala de pesquisa : 1:334
Bairro: Jardim América	-



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



São José	
Av. Carlos Cardoso de Carvalho (2x)*	1234,794
Av. José Alcino Hamdan	419,412
Rua Maria de Resende	280,027
Rua Castro Alves	402,334
Av. Pe Augusto (2x)*	736,766
Rua Francisco Lopes Cançado	368,002
Rua Cisalpino Marques Gontijo	295,485
Rua Roberto Queiroz Cançado	560,892
Rua do Rosário	487,979
Rua Dep. Ribeiro Pena	1062,14
Rua Cel João Pedro	923,112
Rua Santo Pio X	906,785
Rua Brasília	885,208
Av. Brasil	599,969
Rua Isonete Resende	272,075
Rua Guimarães Rosa	47,138
Av. Profa Célia Resende	138,969
Rua Teresa de Genoveva	243,62
Rua Antônio Hildio Ribeiro	188,241
Av. Simeão Ferreira de Souza	219,169
Rua Antônio Rafael de Souza	212,196
TOTAL (m):	10484,313

Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais



GRUPO 1	Escala de pesquisa : 1:334
Bairro: São José	-



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais



GRUPO 2	Escala de pesquisa : 1:334
Bairros: São José e Jardim América	Distância Total: 21573,128



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais



GRUPO 2

Escala de pesquisa : 1:334

Bairro: São José e Jardim América

São José	
Rua Cisalpino Marques Gontijo	559,578
Rua Monsenhor Otaviano	664,11
Rua Francisco Lopes Cançado	392,795
Av. Pe Augusto (2x)*	1121,764
Rua Castro Alves	561,39
Rua Maria de Resende	629,171
Av. José Alcino Hamdan	399,15
Rua N. Sra. De Fátima	472,116
R. São Dimas	465,976
Rua Gustavo Lopes Cançado	675,963
Rua Benedito Valadares	548,175
Rua Ana Ismênia de Resnde	658,278
Rua Francisco Ribeiro de Resende	683,084
Rua Gustavo Caoanema	683,999
TOTAL (m):	8515,549

Jardim América	
Av. Dr. Roberto de Melo Queiroz (2x)*	2137,216
Rua do Rosário (2x)*	1540,306
Rua Roberto Queiroz Cançado	737,903
Av. Vivalde Brandão	764,254
Rua Santiago	454,609
Rua Deulina de Jesus	125,98
Rua João Pereira	171,061
Rua Paraíba	238,918
Rua do Zeca Couto	251,98
Rua Antônio Inácio	223,154
Rua Fideles Teixeira Campos	248,092
Rua Cisalpino Marques Gontijo	204,904
Rua Maria Guerra Campos	526,326
Rua Monsenhor Otaviano	469,614
Av. Carlos Cardoso de Carvalho (2x)*	464,312
Rua N. Sra. De Fátima	706,135
Rua São Dimas	688,79
Rua Gustavo Lopes Cançado	673,974
Rua Benedito Valadares	657,58
Rua Ana Ismênia de Resnde	602,931
Rua Francisco Ribeiro de Resende	695,179
Rua Gustavo Capanema	474,361
TOTAL (m):	13057,579



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais



GRUPO 3

Escala de pesquisa : 1:334

Bairros: Jardim América 2 e Ana Rosa

Distância Total: 13132,966



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais



GRUPO 3

Escala de pesquisa : 1:334

Bairro: Jardim América 2 e Ana Rosa





Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



Jardim dos Anjos 2	
Av. Dr. Roberto de Melo Queiroz (2x)*	3474,934
Rua Mata do Tio João	318,729
Rua Rute Chaves	72,329
Rua Prefeito Geraldo Simão Vaz	119,061
Sem Identificação	219,071
Rua Francisco Assis Santos Amaral	459,137
Rua Antônio Wilson Santos Amaral	345,423
Rua Nair Souto	50,163
Rua Dulce Souto	62,942
Rua Francisco Souto	188,719
Rua Alexandre Souto	194,46
Rua Dulce Queiroz Azevedo	39,963
Rua Maria Melo Queiroz	57,156
Rua Elza O Gontijo	129,845
Rua dos Jequitibás	68,521
Rua Geraldo Cançado	312,786
Rua Leito da Linha de Ferro	204,931
Rua Ricardo F. Queiroz	188,962
TOTAL (m):	6507,132

Ana Rosa	
Av. Ana Rosa	1292,392
Av. Geraldo Lopes	173,618
Rua Curitiba	370,965
Rua Recife	96,201
Rua Sergipe	189,265
Rua Nova Iguaçu	191,552
Rua Tozinho Rodrigues	290,979
Rua Aurita Santos	285,705
Rua Cruz do Monte	291,153
Rua Tabatinga	496,128
Rua Conceição Braga	167,28
Rua G	43,282
Rua José Vilaça	338,654
Rua Raquel Paiva Oliveira	287,627
Tv. Raquel Paiva Oliveira	139,79
Rua Capitão S. Darcy	334,388
Rua Zezé Rodrigues	122,607
Rua Maria Luzia de Jesus	207,657
Rua José Fidelis Macedo	218,087
Rua Jerônimo da Cunha	229,691
Rua A	12,78
Rua Pedro S. de Oliveira	124,46
Rua Djalma Máxima Pereira	108,502
Rua Pedro Paiva de Oliveira	214,929
Rua José Fataí	233,494
Rua D	164,648
TOTAL (m):	6625,834



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais



GRUPO 4

Escala de pesquisa : 1:334

Bairros: Jardim dos Anjos 1 e Ana Rosa

Distância Total: 8359,998



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais



GRUPO 4

Escala de pesquisa : 1:334

Bairro: Jardim América 1 e Ana Rosa

-

Jardim dos Anjos 1	
Rua Atenor Pereira Amaral	439,518
Rua Chico da Afonsina Leite	897,638
Praça Antônio Leite	294,565
Rua Dr. José Gonçalves	266,383
Rua Flávio Cançado Filho	242,741
Rua Pe. Vilaça	119,378
Rua Capivari	148,299
Rua Pedro Simão Vaz	550,047
Rua Pará	132,272
Rua Natal	123,019
Rua Santos Amaral	380,473
Rua Maria Vicentina dos Santos	60,359
Rua Joaquim Eleutério	184,28
Rua Alzira Oliveira Souto Amaral	136,755
Rua Álvaro José Souto	179,911
TOTAL (m):	4155,638

Ana Rosa	
Av. Geraldo Lopes	371,875
Rua Paraná	353,996
Rua Raquel Paiva Oliveira	279,131
Rua Ibiá	56,892
Rua Antônio Juca	131,441
Rua Lopes Cançado	436,424
Rua Flávio Cançado Filho	230,836
Av. Ana Rosa	139,581
Rua Capivari	185,988
Rua Cruz do Monte	262,557
Tv. Paraná	119,586
Rua Oriente	542,886
Rua Sero	78,685
Rua Sergipe	252,924
Rua Curitiba	255,464
Rua Nova Iguaçu	256,588
Rua 1	249,506
TOTAL (m):	4204,36



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais



GRUPO 5	Escala de pesquisa : 1:334
Bairros: Centro e Novo São José	Distância Total: 8726,692



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais



GRUPO 5	Escala de pesquisa : 1:334
Bairro: Centro e Novo São José	-



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



Centro	
Av. Amazonas	855,202
Rua Maria Vicentina dos Santos	370,894
Rua Joaquim Eleutério	197,81
Rua Prefeito Geraldo Simão Vaz	202,523
Rua Geraldo Lopes Amaral	374,401
Av. Primeiro de Junho	519,478
Rua Pedro Luquine	346,714
Tv. Pedro Luquine	136,147
Rua Joaquim Mendonça	112,193
Rua Da Biquinha	338,462
Sem Identificação	106,471
Rua José Calaiz Resende	246,147
Rua José Hilário de Araujo	158,415
Rua Dr. Miguel Gontijo	90,581
Rua Lambari	294,158
Rua José T. Costa	58,844
Rua dos Expedicionarios	184,437
Rua Heitor Francisco Filho	144,645
Rua José Pessoa Marra	362,23
Rua Dr. Antônio T. da Costa	87,911
Rua Oscar de Castro	121,599
Rua Lulu Malaquias	140,317
TOTAL (m):	5449,579

Novo São José	
Rua da Olaria	435,019
Rua Vereador José Resende	141,876
Rua Juca Rufino	557,369
Rua Petropolis	312,391
Rua Pernambuco	265,74
Rua Campinas	84,605
Rua José S. Vaz	122,553
Rua Espírito Santo	66,463
Sem Identificação	163,85
Praça da Inconfidência	390,747
Praça Pe. João Heffels	134,132
Rua Teresópolis	253,123
Rua Washington Luiz	101,116
Rua Rio Branco	132,207
Rua Frederico Ozanan	115,922
TOTAL (m):	3277,113



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais



GRUPO 6	Escala de pesquisa : 1:334
Bairros: Centro	Distância Total: 3737,931



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



CENTRO



CENTRO	
Rua Pe. Pedro	186,557
Rua da Mariquinha	62,502
Rua dos Operários	321,177
Av. São Vicente	274,173
Av. Pe. Vilaça	315,885
Rua Cel. Timinho	139,643
Rua Vigário Nicolau	203,253
Rua Gervásio Antunes	76,01
Rua João XXIII	98,817
Rua São José	289,32
Rua Piauí	63,43
Rua Presidente Dutra	295,087
Rua Juscelino Kubitschek	300,194
Rua Bias Fortes	80,113
Rua Zeca do Couto	55,725
Av. Geraldo Lopes	168,26
Rua Getúlio Vargas	127,059
Rua Vereador João Libério do Couto	242,846
Rua Mariana	86,84
Tv. Santa Rita	88,019
Rua José de Paula Lopes	201,842
Rua Acre	61,179
TOTAL (m):	3737,931

Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais



GRUPO 6

Escala de pesquisa : 1:334

Bairro: Centro

-

GRUPO 7



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais



GRUPO 7

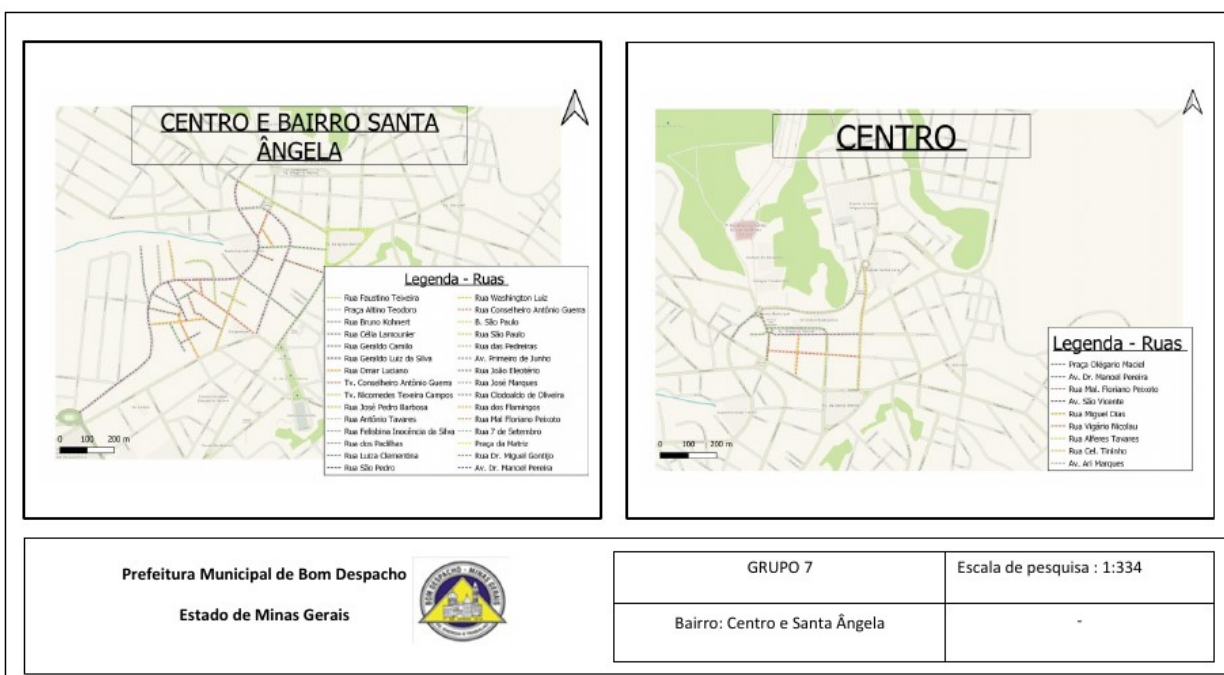
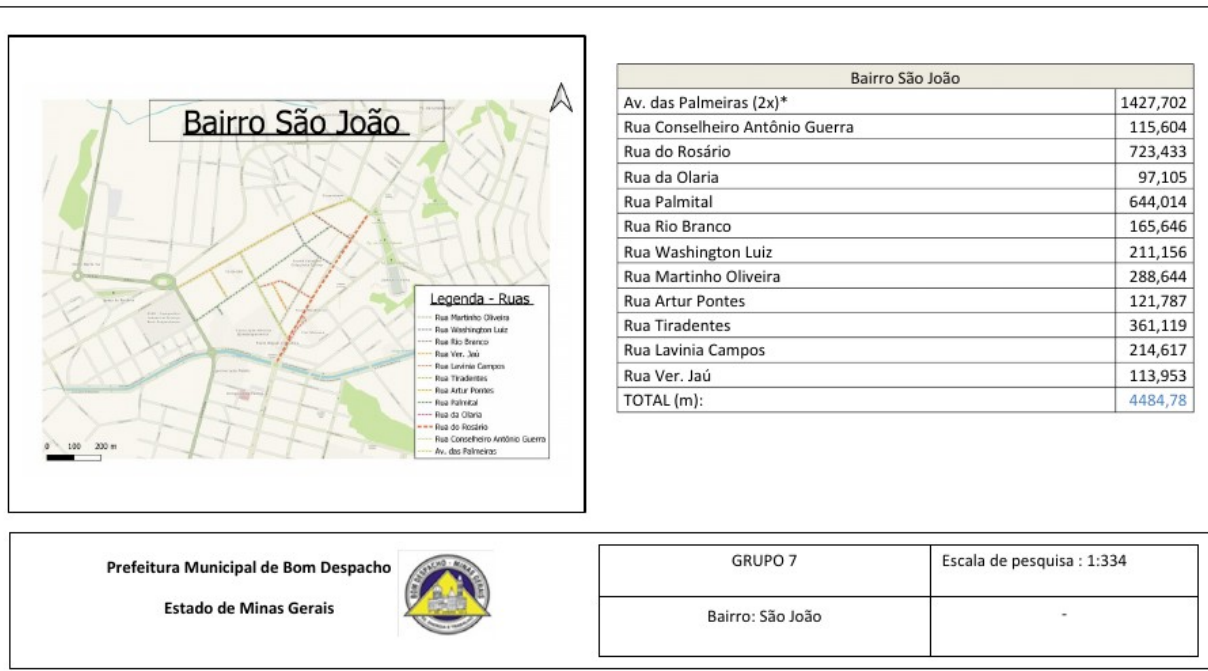
Escala de pesquisa : 1:334

Bairros: São João, Centro e Santa Ângela

Distância Total: 14275,354



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos





Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



Centro e Santa Angela	
Av. Dr. Manoel Pereira	1316,621
Rua Dr. Miguel Gontijo	331,639
Praça da Matriz	659,389
Rua 7 de Setembro	110,749
Praça Alcino Teodoro	39,154
Rua Faustino Texeira	403,878
Rua Mal. Floriano Peixoto	99,339
Rua dos Flamingos	80,598
Rua Clodoaldo de Oliveira	501,826
Rua José Marques	248,895
Rua João Eleuterio	215,444
Av. Primeiro de Junho	257,595
Rua das Pedreiras	104,806
Rua São Paulo	284,708
B. São Paulo	101,027
Rua Conselheiro Antônio Guerra	335,975
Rua Washington Luiz	201,329
Rua São Pedro	157,511
Rua Luiza Clementina	70,864
Rua dos Padilhas	189,231
Rua Felisbina Inocência da Silva	206,835
Rua Antônio Tavares	142,758
Rua José Pedro Barbosa	141,879
Tv. Nicomedes Texeira Campos	240,564
Tv. Conselheiro Antônio Guerra	56,312
Rua Omar Luciano	203,778
Rua Geraldo Luiz da Silva	83,331
Rua Geraldo Camilo	115,998
Rua Célia Lamounier	117,092
Rua Bruno Kohnert	118,07
TOTAL (m):	7137,195

Centro	
Av. Ari Marques	592,749
Rua Cel. Tininho	432,833
Rua Alferes Tavares	184,099
Rua Vigário Nicolau	324,15
Rua Miguel Dias	145,93
Av. São Vicente	316,35
Praça Olégario Maciel	328,419
Rua Mal. Floriano Peixoto	158,931
Av. Dr. Manoel Pereira	169,918
TOTAL(m)	2653,379



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais



GRUPO 8

Escala de pesquisa : 1:334

Bairros: Rosário e Realengo

Distância Total: 12294,485



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



Bairro do Rosário	
Rua da Fábrica	501,59
Rua Anicésio de Mendonça	519,089
Av. das Palmeiras	560,144
Rua Antônio José do Couto	482,898
Rua F	182,65
B. do Zeca Couto	169,995
Rua Vital Macota	154,958
Rua José Amador Pontes	218,488
Rua Laurindo Firmindo	220,781
Rua João Antunes	223,409
Rua B	50,111
Rua C	88,366
Rua Zico Vitor	96,664
Rua Cássia	184,816
Rua Ana Leite	230,019
Rua João Pereira	216,66
Rua Santo Antônio do Monte	285,533
Rua Antônio de Romão	94,086
Rua Santa Clara	243,162
Praça do Rosário	703,976
TOTAL (m):	5427,395

Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais



GRUPO 8	Escala de pesquisa : 1:334
Bairro: Rosário	-



Realengo	
Av. Dr. Juca (2x)*	1702,06
Av. Sandoval Mesquita	823,43
Rua Rosa Araújo Gontijo	468,927
Rua Ronaldo Simão Vaz	475,828
Rua Antônio Miguel Soares	466,038
Rua Maria Lima	711,623
Rua Leopoldina	670,236
Sem Identificação	477,554
Rua Nono Faria	230,025
Rua Inconfidência	429,535
Rua Itabira	146,004
Rua Itabirito	115,803
Rua Campos Sales	150,027
TOTAL(m)	6867,09

Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais



GRUPO 8	Escala de pesquisa : 1:334
Bairro: Realengo	-



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais



GRUPO 9

Escala de pesquisa : 1:334

Bairros: Ozanan, Santo Agostinho,
Olegário Maciel.

Distância Total: **13770,504**



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais



GRUPO 9

Escala de pesquisa : 1:334

Bairro: Ozanan, Santo Agostinho, Olegário
Maciel.



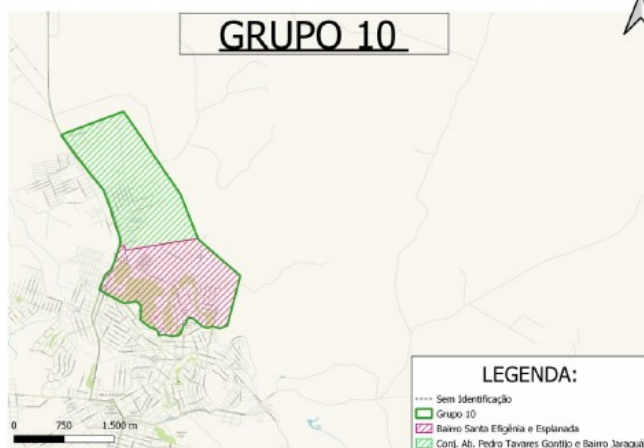


Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



Olegário Maciel, Santo Agostinho e Osanan	
Av. Sandoval Mesquita	569,321
Rua Gabriel Tavares	15,358
Rua Loló Araújo	509,99
Rua 7 de Setembro	881,185
Rua Primeiro de Junho	380,971
Rua José L. Gontijo	80,491
Rua Afonso Lucas	77,194
Rua Antônio Tavares	834,328
Rua Picão Camacho	912,119
Rua Subtenente Milton Pontes	139,553
Rua Alexandre Amaral	76,023
Rua Ambrosina Luquine	150,426
Rua Beraldino Camargo	68,557
Rua Sô Lau	107,607
Rua José Fortunado	98,794
B. Pereneira	84,69
Rua 13 de Maio	68,071
Rua Pe. Augusto	412,653
Rua 18	70,541
B da Chacrinha	131,723
Rua Adriano Bento	575,417
Rua Maria Lina	278,437
Rua Dona Tinuca	450,917
Rua Hugo Marques Gontijo	72,683
Rua Pe. Cicero	224,928
Rua N. Sra. Aparecida	198,706
Rua Pe. Liberio	144,491
TOTAL (m):	7615,174

Ozanan	
Rua Faustino Teixeira	1058,535
Av. Manoel da Costa Gontijo	268,003
Rua Gabriel Tavares	272,262
Rua Maria Isabel de São José	137,109
Rua Olegario Maciel	948,936
Rua Mal. Floriano Peixoto	69,563
Rua Subtenente Milton Pontes	49,302
Rua Adão Honório	93,335
Rua Alexandre Amaral	154,605
Rua José Camilo dos Santos	100,091
Rua Pio XII	698,679
Av. José Lino Pimenta	721,608
Rua Pe. Liberio	270,63
Rua N. Sra. Aparecida	259,159
Rua João Paulo II	341,103
Rua 13 de Maio	169,983
Rua D. Cabral	214,017
Tv. Dom Cabral	74,134
Rua Pe. Augusto	138,418
Sem Identificação	58,012
Rua Francisco M de Souza	57,846
TOTAL(m)	6155,33



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais



GRUPO 10

Escala de pesquisa : 1:334

Bairros: Santa Efigênia, Esplanada,
Jaraguá e Conj. Ab. Pedro Tavares Gontijo

Distância Total: 34245,362



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



Bairro Santa Efigênia e Esplanada



---	Rua Pedro Liberio	---	Rua Vitoria
---	Sem Identificação	---	Rua Alberto Antônio Ribeiro
---	Rua Ver. José Darc	---	Rua Enfa. Joane Darc
---	Rua Pe. Liberio	---	Rua Antônio Purcino
---	Rua Adelaide Salbino	---	Rua São Pedro
---	Rua Marques Gontijo	---	Rua São João
---	Rua Gabriel Tavares	---	Av. Capitão Marques
---	Av. Manoel Gontijo	---	Av. Cel. Tininho
---	Av. Martinho Campos	---	Av. do Rosário
---	Rua Hilário José da Oliveira	---	Rua Geraldo Majela Oliveira
---	Rua Nova	---	Rua da Joana
---	Av. do Contorno	---	Rua da Gameleira
---	Rua Carlos Cesar de Assis	---	Rua Getúlio Vargas
---	Rua Major Elton Wilson de Oliveira	---	Rua Maria Honória
---	Rua Nuno Alves Franco	---	Rua Dr. Gê
---	Rua Orlando José de Lucena	---	Av. Paulo Marques Gontijo
---	Rua João Teófilo	---	Rua Santa Efigênia
---	Rua José Venâncio da Silva	---	Rua Belém
---	Rua Geraldo Xavier	---	Rua Goiânia
---	Rua Manoel Coimbra	---	Rua Buriti
---	Rua Manoel José Floriano	---	Rua Anapá
---	Rua Dr. João B. Mendonça	---	Rua Vereador João Liberio do Couto
---	Rua Manoel José da Silva	---	Rua Catalão
---	Tv. II	---	Av. Ari Marques
---	Av. Lalelândia Vieira	---	Rua Piumhi
---	Rua Tem. Laércio	---	Rua Cap. Joane Gontijo
---	Rua José Cláudio Pessoa	---	Tv. Marajó
---	Rua Júlio César Nunes	---	Rua Domingos Leite
---	Rua Marajó	---	Rua Uterici

BLOCO 22



Legenda - Ruas

---	Rua José Felipe Cardoso	---	Rua Ovídio P. Ferreira
---	Rua Maria Ana das Dores	---	Rua José de Araújo
---	Rua Maria Angelica de Jesus	---	Rua Antônio P. F. Assand
---	Rua Johann Schneidereit	---	Rua A
---	Rua Geraldo Felipe Cardoso	---	Av. Alzira Oliveira Amaral
---	Rua N. Sra. Da Piedade	---	Rua Vicente Ferreira Assumpção
---	Rua Evandro Antônio da Costa	---	Rua Maria Conceição Del Duca
---	Rua Pedro C. De Araújo	---	Rua Louro Couto
---	Rua Marieta C. de Araújo	---	Rua Isa Costa
---	Sem Identificação	---	Rua Dário Couto
---	Rua Antônio C. Assumpção	---	Rua Pedro Araújo
---	Rua Prospertina T. Leite	---	Rua Amélia Araújo Gontijo
---	Rua José de Carvalho	---	Rua Zico Ferreira
---	Rua Fernando C. Cançado	---	Rua Roberto Valadares Gontijo
---	Rua Francisco P. Sobrinho	---	Av. Manoel da Costa Gontijo
---		---	Av. Martinho Campos

Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais



GRUPO 10

Escala de pesquisa : 1:334

Bairro: Santa Efigênia, Esplanada, Jaraguá e Conj. Ab. Pedro Tavares Gontijo

-

Bairro Santa Efigênia e Esplanada		Bairro Santa Efigênia e Esplanada		Conj. Ab. Pedro Tavares Gontijo e Bairro Jaraguá	
Rua Literio	69,108	Rua Literio	69,108	Av. Martinho Campos	3524,865
Rua Domingos Leite	143,117	Rua Domingos Leite	143,117	Av. Manoel da Costa Gontijo	75,678
Tv. Marajó	52,827	Tv. Marajó	52,827	Rua Roberto Valadares Gontijo	247,062
Rua Cap. Jaime Gotelip	406,517	Rua Cap. Jaime Gotelip	406,517	Rua Zico Ferreira	208,442
Rua Piumhi	181,134	Rua Piumhi	181,134	Rua Amélia Araújo Gontijo	208,111
Av. Ari Marques	94,392	Av. Ari Marques	94,392	Rua Pedro Araújo	177,014
Rua Catalão	109,108	Rua Catalão	109,108	Rua Dário Couto	114,39
Rua Vereador João Liberio do Couto	414,193	Rua Vereador João Liberio do Couto	414,193	Rua Isa Costa	115,397
Rua Araguari	108,973	Rua Araguari	108,973	Rua Louro Couto	437,144
Rua Buriti	61,097	Rua Buriti	61,097	Rua Maria Conceição Del Duca	879,054
Rua Goiânia	283,85	Rua Goiânia	283,85	Rua Vicente Ferreira Assumpção	822,117
Rua Belém	61,835	Rua Belém	61,835	Av. Alzira Oliveira Amaral	758,896
Rua Santa Efigênia	474,028	Rua Santa Efigênia	474,028	Rua A	739,752
Av. Paulo Marques Gontijo	764,286	Av. Paulo Marques Gontijo	764,286	Rua P. F. Amaral	313,424
Rua Dr. Gê	135,559	Rua Dr. Gê	135,559	Rua José de Araújo	128,635
Rua Maria Honória	420,09	Rua Maria Honória	420,09	Rua Osvaldo P. Ferreira	504,609
Rua Getúlio Vargas	1186,361	Rua Getúlio Vargas	1186,361	Rua Francisco P. Sobrinho	495,679
Rua da Gameleira	253,305	Rua da Gameleira	253,305	Rua Chiquinho Venâncio	483,955
Rua da Joana	285,162	Rua da Joana	285,162	Rua C. Fernando Cançado	471,793
Rua Geraldo Majela Oliveira	324,068	Rua Geraldo Majela Oliveira	324,068	Rua José de Carvalho	484,513
Av. do Rosário	443,645	Av. do Rosário	443,645	Rua Prospertina T. Leite	448,274
Av. Cel. Tininho	465,186	Av. Cel. Tininho	465,186	Rua Antônio C. Assumpção	431,913
Av. Capitão Marques	464,851	Av. Capitão Marques	464,851	Sem Identificação	484,446
Rua São João	348,261	Rua São João	348,261	Rua Lenir C. De Araújo	222,669
Rua São Pedro	131,557	Rua São Pedro	131,557	Rua Marieta C. de Araújo	167,308
Rua Antônio Purcino	82,112	Rua Antônio Purcino	82,112	Rua Pedro C. De Araújo	102,892
Rua Enfa. Joane Darc	451,867	Rua Enfa. Joane Darc	451,867	Rua Geraldo Felipe Cardoso	523,044
Rua Alberto Antônio Ribeiro	240,832	Rua Alberto Antônio Ribeiro	240,832	Rua Johann Schneidereit	247,19
Rua Vitória	108,874	Rua Vitória	108,874	Rua Maria Angelica de Jesus	324,339
Rua Marajó	121,778	Rua Marajó	121,778	Rua Maria Ana das Dores	320,901
Rua Júlio César Nunes	314,184	Rua Júlio César Nunes	314,184	Rua José Felipe Cardoso	270,835
Rua José Cândido Pessoa	161,8	Rua José Cândido Pessoa	161,8	Rua Evandro Antônio da Costa	188,663
Rua Tem. Laércio	323,97	Rua Tem. Laércio	323,97	Rua N. Sra. Da Piedade	244,536
Av. Lalelândia Vieira	752,215	Av. Lalelândia Vieira	752,215	TOTAL (m):	15167,54
Tv. II	104,25	Tv. II	104,25		



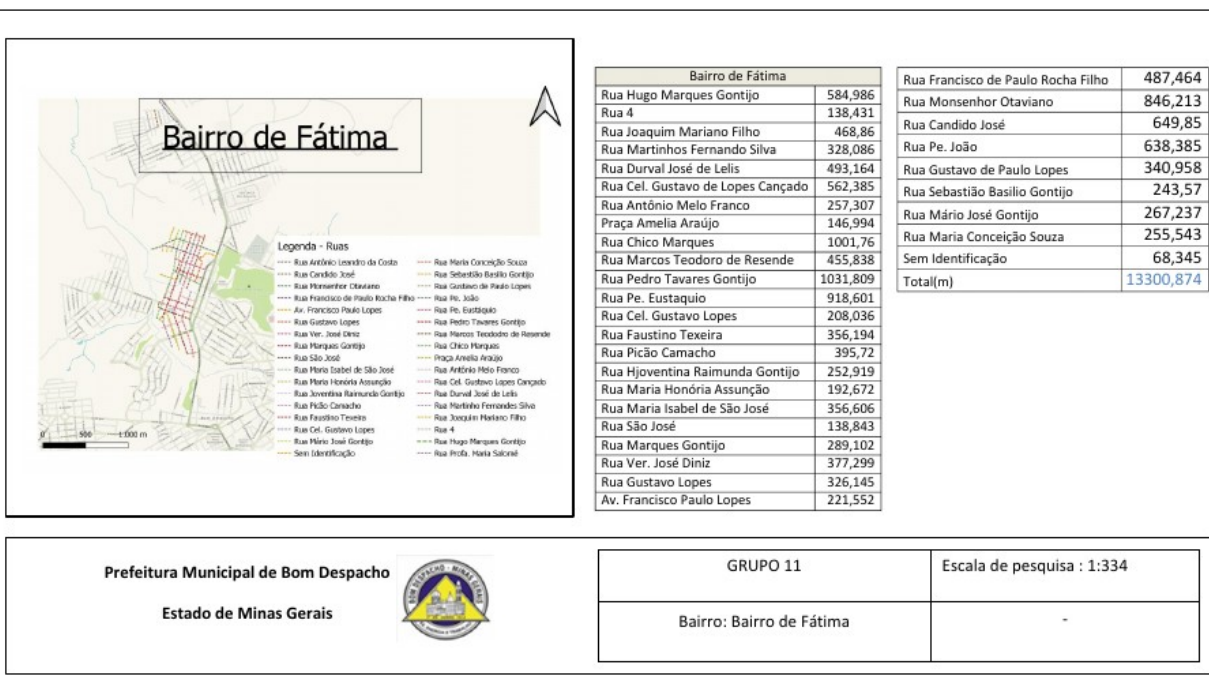
Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais



GRUPO 11	Escala de pesquisa : 1:334
Bairros: Bairro de Fátima	Distância Total: 13300,874



Bairro de Fátima			
Rua Hugo Marques Gontijo	584,986	Rua Francisco de Paulo Rocha Filho	487,464
Rua 4	138,431	Rua Monsenhor Otaviano	846,213
Rua Joaquim Mariano Filho	468,86	Rua Candido José	649,85
Rua Martinhos Fernando Silva	328,086	Rua Pe. João	638,385
Rua Durval José de Lelis	493,164	Rua Gustavo de Paulo Lopes	340,958
Rua Cel. Gustavo de Lopes Cançado	562,385	Rua Sebastião Basilio Gontijo	243,57
Rua Antônio Melo Franco	257,307	Rua Mário José Gontijo	267,237
Praça Amélia Araújo	146,994	Rua Maria Conceição Souza	255,543
Rua Chico Marques	1001,76	Sem Identificação	68,345
Rua Marcos Teodoro de Resende	455,838		
Rua Pedro Tavares Gontijo	1031,809	Total(m)	13300,874
Rua Pe. Eustaquio	918,601		
Rua Cel. Gustavo Lopes	208,036		
Rua Faustino Texeira	356,194		
Rua Picão Camacho	395,72		
Rua Hjoventina Raimunda Gontijo	252,919		
Rua Maria Honória Assunção	192,672		
Rua Maria Isabel de São José	356,606		
Rua São José	138,843		
Rua Marques Gontijo	289,102		
Rua Ver. José Diniz	377,299		
Rua Gustavo Lopes	326,145		
Av. Francisco Paulo Lopes	221,552		

Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais



GRUPO 11	Escala de pesquisa : 1:334
Bairro: Bairro de Fátima	-



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais



GRUPO 12	Escala de pesquisa : 1:334
Bairros: Babilônia	Distância Total: 9984,588



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais



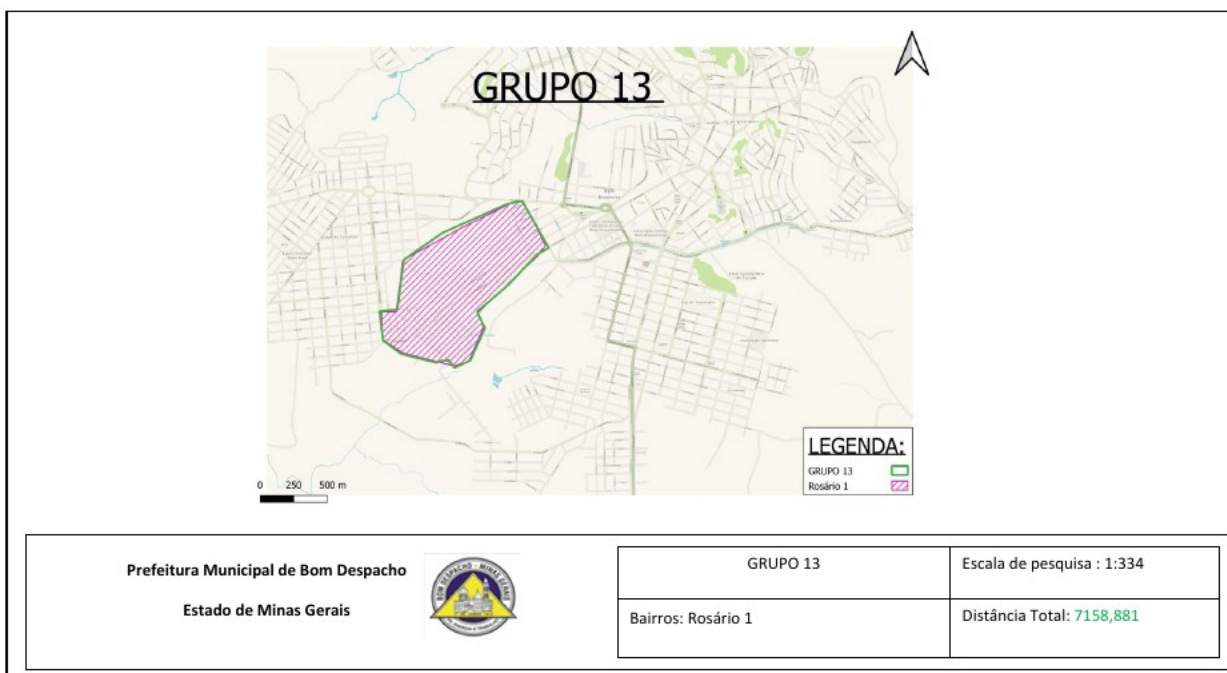
GRUPO 12	Escala de pesquisa : 1:334
Bairro: Babilônia	-



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



Babilônia	
Rua Picão Camacho	889,021
Av. Piraquara	1,261
Rua Lagoa Verde	435,436
Rua Bem-Te-Vi	511,578
Rua Prata	245,398
Rua Cobre	146,859
Rua Áustria	436,232
Rua Leticia	625,366
Rua Dos Garimpos De Cristal	714,87
Rua Campo Redondo	683,94
Rua Fundadores de Bom Despacho	261,283
Rua Voluntarios do Paraguai	342,463
Rua Antônio Lopes Cardoso	91,486
Rua Pracinha da FEB	132,175
Rua Dr. Laércio Rodrigues	167,569
Rua Pedro Paulo Gontijo	306,144
Rua Morro Vermelho	456,938
Rua Dr. Nicolau Leite	506,156
Rua Do Mexico	183,495
Av. Morro Pouso Alto	340,616
Rua B	31,115
Rua Alemanha	176,839
Rua Libano	178,306
Rua Espanha	266,931
Rua Portugal	265,164
Rua Itália	327,831
Total (m)	9984,588





Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



Bairro Rosário 1	
Av. Rio de Janeiro	209,19
Rua 5	222,142
Rua 4	231,33
Rua 3	170,824
Rua 1	227,619
Rua 2	172,922
Rua 03	127,507
Av. das Palmeiras	1443,168
Rua Jequitinhonha	418,066
Rua Santo Antônio do Monte	932,357
Rua Paraíba	439,064
Rua Santa Clara	447,261
Rua Ana Leite	391,203
Rua Maranhão	136,646
Rua Olinda	122,078
Rua Cassia	103,104
B. Paraíba	138,88
R 8	307,069
Rua 9	199,51
Rua 05	557,281
Rua Passos	161,66
Total Geral	7158,881

Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais

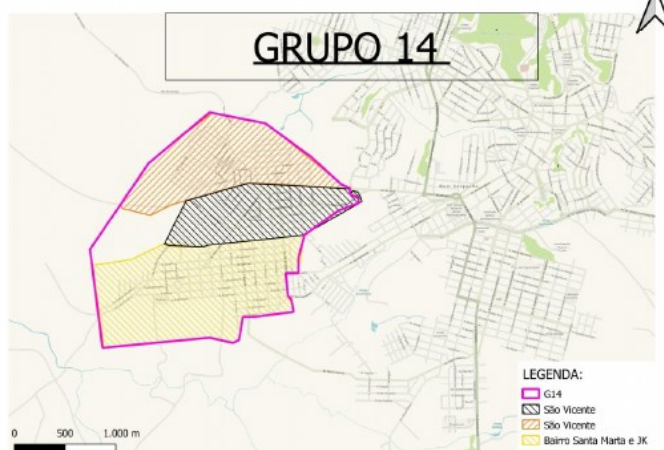


GRUPO 13

Escala de pesquisa : 1:334

Bairro: Rosário 1

-



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais



GRUPO 14

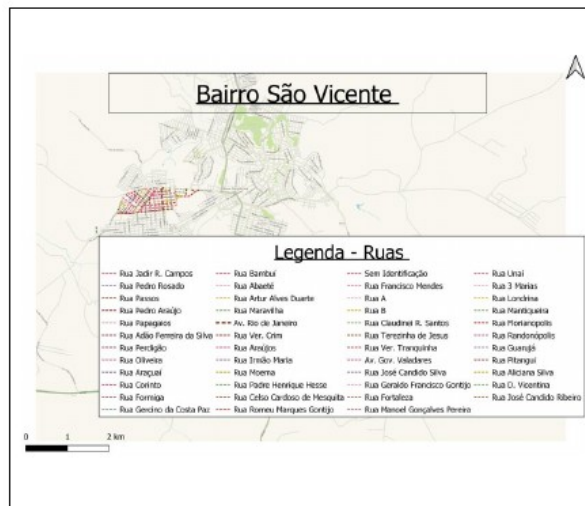
Escala de pesquisa : 1:334

Bairros: São Vicente, Santa Marta e JK

Distância Total: 44.4167,75



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais



GRUPO 14

Escala de pesquisa : 1:334

Bairro: São Vicente

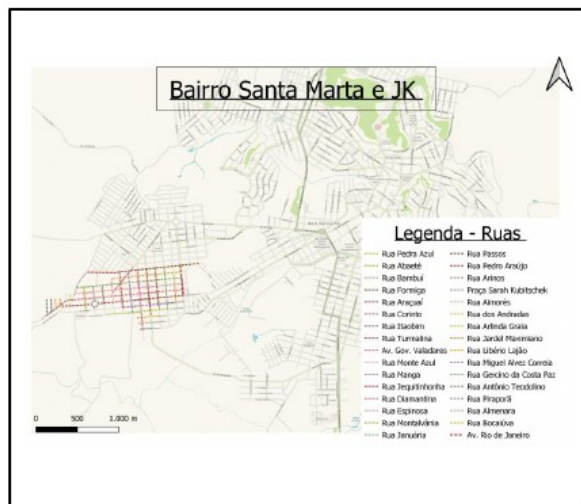
São Vicente	
Av. Dr. Juca (2X)*	3857,658
Av. Rio de Janeiro (2X)*	240,044
Rua Itaguara	333,231
Rua Pradópolis	70,708
Rua Ibirité	526,661
Rua Três Corações	606,601
Rua Santos Drumont	489,489
Rua Pouso Alegre	629,752
Rua Barbacena	114,429
Rua Ouro Preto	235,13
Rua Araxá	874,799
Av. Lagoa Verde	655,41
Rua Belo Vale	191,242
Rua Campo Belo	191,759
Rua Campo Azul	206,507
Rua Aguias Formosas	722,906
Rua Congonhas	618,094
Rua Bela Vista de Minas	524,93
Rua Itatuna	67,885
Rua Curvelo	154,876
Rua São Luiz	145,869
Rua Sete Lagoas	136,867
Rua Lavras	135,756
Rua Rosalina Pereira dos Santos	328,91
Rua Abaeté	161,264
Rua Artur Alves Duarte	191,129
Rua Maravilha	209,334
Rua Papagaio	228,199
Rua Machado Primo	116,497
Rua Janaúba	633,046
Total (m)	13598,982

São Vicente	
Av. Geraldo Cesário da Silva	485,765
Rua José Candido Ribeiro	131,912
Rua D. Vicentina	265,681
Rua Aliciana Silva	163,715
Rua Geraldo Francisco Gontijo	197,838
Rua Jacir R. Campos	393,681
Rua E	179,373
Rua Pitangui	517,853
Rua Guarujá	699,56
Rua Rondonópolis	472,03
Rua Florianópolis	428,988
Rua Fortaleza	387,276
Rua Mantiqueira	791,271
Rua Londrina	196,874
Rua 3 Marias	219,278
Rua Unai	225,9
Rua Manoel Gonçalves Pereira	112,801
Rua José Candido Silva	85,814
Rua Gov. Valadares	756,619
Rua Ver. Tranquilha	116,039
Rua Terezinha de Jesus	117,035
Rua Claudinei de Jesus	118,695
Rua B	113,105
Rua A	110,02
Rua Francisco Mendes	222,233
Rua Adão Ferreira da Silva	228,56

Rua Pedro Rosado	96,334
Sem Identificação	66,4
Rua Romeu Marques Gontijo	704,376
Rua Celso Cardoso de Mesquita	168,623
Rua Padre Henrique Hesse	257,973
Rua Moema	919,841
Rua Papagaio	404,524
Rua Oliveira	854,05
Rua Perdigão	789,046
Rua Irmão Maria	634,972
Rua Araújo	583,293
Rua Ver. Crim	397,153
Av. Rio de Janeiro (2X)*	1111,561
Rua Maravilha	491,607
Rua Artur Alves Duarte	511,038
Rua Abaeté	542,037
Rua Bambuí	432,209
Rua Fomriga	307,264
Rua Aracuaí	192,362
Rua Corinto	75,707
Total (m)	17278,286



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



Bairro Santa Marta e JK	
Rua Pedro Araújo	520,048
Rua Passos	814,187
Rua Januária	1266,95
Rua Montalvânia	812,439
Rua Espinosa	1295,676
Rua Diamantina	1320,522
Rua Jequitinhonha	1420,855
Rua Manga	736,253
Rua Pedra Azul	760,407
Rua Bocaúva	269,219
Rua Almenera	159,085
Rua Piraporã	120,976
Rua Antônio Teodolindo	366,656
Rua Gercino da Costa Paz	180,611
Rua Miguel Alvez Correia	142,541
Rua Libério Lajão	103,317
Rua Jardel Maximiano	68,308
Rua Arlinda Graia	84,99
Rua dos Andradas	280,986

Rua Aimores	301,494
Praça Sarah Kubitschek	237,011
Rua Arinos	213,218
Rua Monte Azul	289,852
Av. Gov. Valadares	340,142
Rua Turmalina	428,913
Rua Itaobim	472,535
Rua Corinto	719,974
Rua Araçuaí	573,936
Rua Fromiga	575,394
Rua Bambuí	502,173
Rua Abaeté	434,163
Av. Rio de Janeiro (2x)*	721,804
Total (m)	16534,635

Prefeitura Municipal de Bom Despacho

Estado de Minas Gerais



GRUPO 14

Escala de pesquisa : 1:334

Bairro: Santa Marta e JK

-



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



ANEXO III: CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Prefeitura Municipal de Bom Despacho Estado de Minas Gerais Secretaria Municipal de Administração														
ANEXO - Cronograma Físico Financeiro														
Objeto: Prestação de serviço contínuo de variação dos logradouros públicos de Bom Despacho.														

Custos		Metro		RS 0,85/m		Mensal		RS 100.222,50		Anual		RS 1.202.670,00		Quantidade		20.700,00(m)																	
Nome		Bairro		Seção (m²)		Mensagem (m²)		Frequência Sonora (m²)		1º Mês		2º Mês		3º Mês		4º Mês		5 Mês		6 Mês		7º Mês		8 Mês		9º Mês		10º Mês		11º Mês		12 Mês	
										Físico		Financeiro		Físico		Financeiro		Físico		Financeiro		Físico		Financeiro		Físico		Financeiro		Físico		Financeiro	
Dr Miguel Gentio	Centro	2	565	5,5	24400	RS 1.444,37	24400	RS 1.444,37	24400	RS 1.444,37	24400	RS 1.444,37	24400	RS 1.444,37	24400	RS 1.444,37	24400	RS 1.444,37	24400	RS 1.444,37	24400	RS 1.444,37	24400	RS 1.444,37	24400	RS 1.444,37	24400	RS 1.444,37	24400	RS 1.444,37	24400	RS 1.444,37	
Rua do Brastro	Centro	2	460	5,5	20240	RS 1.175,94	20240	RS 1.175,94	20240	RS 1.175,94	20240	RS 1.175,94	20240	RS 1.175,94	20240	RS 1.175,94	20240	RS 1.175,94	20240	RS 1.175,94	20240	RS 1.175,94	20240	RS 1.175,94	20240	RS 1.175,94	20240	RS 1.175,94	20240	RS 1.175,94	20240	RS 1.175,94	
Rua da Glória	Centro	2	470	5,5	20680	RS 1.201,51	20680	RS 1.201,51	20680	RS 1.201,51	20680	RS 1.201,51	20680	RS 1.201,51	20680	RS 1.201,51	20680	RS 1.201,51	20680	RS 1.201,51	20680	RS 1.201,51	20680	RS 1.201,51	20680	RS 1.201,51	20680	RS 1.201,51	20680	RS 1.201,51	20680	RS 1.201,51	
Rua Joaquim Mendonça	Centro	2	130	5,5	5720	RS 332,33	5720	RS 332,33	5720	RS 332,33	5720	RS 332,33	5720	RS 332,33	5720	RS 332,33	5720	RS 332,33	5720	RS 332,33	5720	RS 332,33	5720	RS 332,33	5720	RS 332,33	5720	RS 332,33	5720	RS 332,33	5720	RS 332,33	
Rua Washington Leite	Centro	2	60	5,5	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	
Rua Miguel Dias	Centro	2	60	5,5	2640	RS 153,38	2640	RS 153,38	2640	RS 153,38	2640	RS 153,38	2640	RS 153,38	2640	RS 153,38	2640	RS 153,38	2640	RS 153,38	2640	RS 153,38	2640	RS 153,38	2640	RS 153,38	2640	RS 153,38	2640	RS 153,38	2640	RS 153,38	
Rua Favelas Teixeira	Centro	2	510	5,5	22440	RS 1303,76	22440	RS 1303,76	22440	RS 1303,76	22440	RS 1303,76	22440	RS 1303,76	22440	RS 1303,76	22440	RS 1303,76	22440	RS 1303,76	22440	RS 1303,76	22440	RS 1303,76	22440	RS 1303,76	22440	RS 1303,76	22440	RS 1303,76	22440	RS 1303,76	
Rua Marcelino Floriano Pereira	Centro	2	230	5,5	10120	RS 587,97	10120	RS 587,97	10120	RS 587,97	10120	RS 587,97	10120	RS 587,97	10120	RS 587,97	10120	RS 587,97	10120	RS 587,97	10120	RS 587,97	10120	RS 587,97	10120	RS 587,97	10120	RS 587,97	10120	RS 587,97	10120	RS 587,97	
Av. Manoel Pereira	Centro	2	250	5,5	10090	RS 639,10	10090	RS 639,10	10090	RS 639,10	10090	RS 639,10	10090	RS 639,10	10090	RS 639,10	10090	RS 639,10	10090	RS 639,10	10090	RS 639,10	10090	RS 639,10	10090	RS 639,10	10090	RS 639,10	10090	RS 639,10	10090	RS 639,10	
Rua Olímpi Maciel	Centro	2	100	5,5	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	
Rua Antônia Louque	Centro	2	260	5,5	11440	RS 664,66	11440	RS 664,66	11440	RS 664,66	11440	RS 664,66	11440	RS 664,66	11440	RS 664,66	11440	RS 664,66	11440	RS 664,66	11440	RS 664,66	11440	RS 664,66	11440	RS 664,66	11440	RS 664,66	11440	RS 664,66	11440	RS 664,66	
Rua Adão Henrique	Centro	2	170	5,5	7480	RS 434,59	7480	RS 434,59	7480	RS 434,59	7480	RS 434,59	7480	RS 434,59	7480	RS 434,59	7480	RS 434,59	7480	RS 434,59	7480	RS 434,59	7480	RS 434,59	7480	RS 434,59	7480	RS 434,59	7480	RS 434,59	7480	RS 434,59	
Rua São Milhem Pontes	Centro	2	100	5,5	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	
Av. Dr Miguel Gentio	Centro	2	560	5,5	24400	RS 1.431,58	24400	RS 1.431,58	24400	RS 1.431,58	24400	RS 1.431,58	24400	RS 1.431,58	24400	RS 1.431,58	24400	RS 1.431,58	24400	RS 1.431,58	24400	RS 1.431,58	24400	RS 1.431,58	24400	RS 1.431,58	24400	RS 1.431,58	24400	RS 1.431,58	24400	RS 1.431,58	
Rua Dália Vieira	Centro	2	9	5,5	2200	RS 127,82	2200	RS 127,82	2200	RS 127,82	2200	RS 127,82	2200	RS 127,82	2200	RS 127,82	2200	RS 127,82	2200	RS 127,82	2200	RS 127,82	2200	RS 127,82	2200	RS 127,82	2200	RS 127,82	2200	RS 127,82	2200	RS 127,82	
Rua Vito Chico Marques	Centro	2	9	5,5	2590	RS 150,83	2590	RS 150,83	2590	RS 150,83	2590	RS 150,83	2590	RS 150,83	2590	RS 150,83	2590	RS 150,83	2590	RS 150,83	2590	RS 150,83	2590	RS 150,83	2590	RS 150,83	2590	RS 150,83	2590	RS 150,83	2590	RS 150,83	
Rua Evandro Teixeira	Centro	2	380	5,5	16720	RS 971,43	16720	RS 971,43	16720	RS 971,43	16720	RS 971,43	16720	RS 971,43	16720	RS 971,43	16720	RS 971,43	16720	RS 971,43	16720	RS 971,43	16720	RS 971,43	16720	RS 971,43	16720	RS 971,43	16720	RS 971,43	16720	RS 971,43	
Rua Cel. Teodoro	Centro	2	260	5,5	33440	RS 1.942,86	33440	RS 1.942,86	33440	RS 1.942,86	33440	RS 1.942,86	33440	RS 1.942,86	33440	RS 1.942,86	33440	RS 1.942,86	33440	RS 1.942,86	33440	RS 1.942,86	33440	RS 1.942,86	33440	RS 1.942,86	33440	RS 1.942,86	33440	RS 1.942,86	33440	RS 1.942,86	
Rua Dr José Gonçalves	Centro	2	300	5,5	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	
Rua Vagner Nogueira	Centro	2	550	5,5	23200	RS 1.354,89	23200	RS 1.354,89	23200	RS 1.354,89	23200	RS 1.354,89	23200	RS 1.354,89	23200	RS 1.354,89	23200	RS 1.354,89	23200	RS 1.354,89	23200	RS 1.354,89	23200	RS 1.354,89	23200	RS 1.354,89	23200	RS 1.354,89	23200	RS 1.354,89	23200	RS 1.354,89	
Av. São Vicente	Centro	2	600	5,5	26400	RS 1.533,84	26400	RS 1.533,84	26400	RS 1.533,84	26400	RS 1.533,84	26400	RS 1.533,84	26400	RS 1.533,84	26400	RS 1.533,84	26400	RS 1.533,84	26400	RS 1.533,84	26400	RS 1.533,84	26400	RS 1.533,84	26400	RS 1.533,84	26400	RS 1.533,84	26400	RS 1.533,84	
Av. Manoel Dias	Centro	2	140	5,5	6160	RS 357,96	6160	RS 357,96	6160	RS 357,96	6160	RS 357,96	6160	RS 357,96	6160	RS 357,96	6160	RS 357,96	6160	RS 357,96	6160	RS 357,96	6160	RS 357,96	6160	RS 357,96	6160	RS 357,96	6160	RS 357,96	6160	RS 357,96	
Av. Ammons	Centro	2	880	5,5	38720	RS 2.249,63	38720	RS 2.249,63	38720	RS 2.249,63	38720	RS 2.249,63	38720	RS 2.249,63	38720	RS 2.249,63	38720	RS 2.249,63	38720	RS 2.249,63	38720	RS 2.249,63	38720	RS 2.249,63	38720	RS 2.249,63	38720	RS 2.249,63	38720	RS 2.249,63	38720	RS 2.249,63	
Rua Lanchari	Centro	2	300	5,5	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	13200	RS 766,92	
Rua José Pessoa Moura	Centro	2	200	5,5	8800	RS 511,28	8800	RS 511,28	8800	RS 511,28	8800	RS 511,28	8800	RS 511,28	8800	RS 511,28	8800	RS 511,28	8800	RS 511,28	8800	RS 511,28	8800	RS 511,28	8800	RS 511,28	8800	RS 511,28	8800	RS 511,28	8800	RS 511,28	
Rua Oscear de Castro	Centro	2	100	5,5	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	4400	RS 255,64	
Rua Laís Malheiros	Centro	2	85	5,5	3740	RS 212,78	3740	RS 212,78	3740	RS 212,78	3740	RS 212,78	3740	RS 212,78	3740	RS 212,78	3740	RS 212,78	3740	RS 212,78	3740	RS 212,78	3740	RS 212,78	3740	RS 212,78	3740	RS 212,78	3740	RS 212,78	3740	RS 212,78	
Rua Pedro Simão Vaz	Jerônimo dos Anjos	2	740	5,5	32560	RS 1.891,74	32560	RS 1.891,74	32560	RS 1.891,74	32560	RS 1.891,74	32560	RS 1.891,74	32560	RS 1.891,74	32560	RS 1.891,74	32560	RS 1.891,74	32560	RS 1.891,74	32560	RS 1.891,74	32560	RS 1.891,74	32560	RS 1.891,74	32560	RS 1.891,74	32560	RS 1.891,74	
Rua Capivari	Jerônimo dos Anjos	2	400	5,5	17600	RS 1.022,56	17600	RS 1.022,56	17600	RS 1.022,56	17600	RS 1.022,56	17600	RS 1.022,56	17600	RS 1.022,56	17600	RS 1.022,56	17600	RS 1.022,56	17600	RS 1.022,56	17600	RS 1.022,56	17600	RS 1.022,56	17600	RS 1.022,56	17600	RS 1.022,56	17600	RS 1.022,56	
Rua Para	Jerônimo dos Anjos	2	70	5,5	3080	RS 178,95	3080	RS 178,95	3080	RS 178,95	3080	RS 178,95	3080	RS 178,95	3080	RS 178,95	3080	RS 178,95	3080	RS 178,95	3080	RS 178,95	3080	RS 178,95	3080	RS 178,95	3080	RS 178,95	3080	RS 178,95	3080	RS 178,95	
Rua Ithi	Jerônimo dos Anjos	2	30	5,5	1320	RS 766,92	1320	RS 766,92	1320	RS 766,92	1320	RS 766,92	1320	RS 766,92	1320	RS 766,92	1320	RS 766,92	1320	RS 766,92	1320	RS 766,92	1320	RS 766,92	1320	RS 766,92	1320	RS 766,92	1320	RS 766,92	1320	RS 766,92	
Rua Santos Amaro	Jerônimo dos Anjos	2	430	5,5	18920	RS 1.099,25	18920	RS 1.099,25	18920	RS 1.099,25	18920	RS 1.099,25	18920	RS 1.099,25	18920	RS 1.099,25	18920	RS 1.099,25	18920	RS 1.099,25	18920	RS 1.099,25	18920	RS 1.099,25	18920	RS 1.099,25	18920	RS 1.099,25	18920	RS 1.099,25	18920	RS 1.099,25	
Rua Pádua Carneiro	Itah / São Antonio	2	800	2	12800	RS 743,68	12800	RS 743,68	12800	RS 743,6																							

58/71



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO Nº /202x

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE
VARRIÇÃO DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS**

Pelo presente Contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE BOM DESPACHO-MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 18.301.002/0001-86, com sede à Avenida Maria da Conceição Del Duca, D. Saça, 150, bairro Jaraguá, em Bom Despacho-MG, 35600-000, neste ato devidamente representado pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, servidor Vital Libério Guimarães, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na cidade de _____, à Rua _____, neste ato representada pelo(a) _____, Sr(a). _____, CPF nº _____, adjudicatária Processo nº 261/2020, Pregão Eletrônico nº 93/2020, doravante denominada CONTRATADA, resolvem Registrar os Preços, com integral observância dos Decretos Municipais nº 3.588/2007, nº 5.697/2013 e nº 7.328/2016, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DOS PREÇOS:

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de varrição dos logradouros públicos do Município de Bom Despacho.

1.2. Conforme proposta e ata de sessão pública, seguem descritivos, quantitativos e valores dos itens contratados:

Item	Descrição do Objeto:	Qtd. Total	Unid.	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
I	Prestação de serviços continuados de varrição dos logradouros públicos de Bom Despacho.	20.700.000	Metros Lineares			

1.3. Os serviços a serem prestados pela(s) empresa(s) contratada(s) compreendem varrição nas vias públicas do Município de Bom Despacho.

1.4. Da especificação dos serviços de varrição manual:

1.4.1. Entende-se como varrição manual em vias e logradouros públicos, a operação manual de recolhimento e remoção dos resíduos espalhados nas vias e logradouros públicos, compreendendo as praças públicas, sarjetas, os canteiros centrais e os passeios, em uma faixa máxima de 1,5 m de largura do meio-fio para a calçada e de 0,50 m do meio-fio para a pista de rolamento e os resíduos deverão ser acondicionados em sacos plásticos de 100 (cem) litros,



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



utilizando-se como recipiente o carrinho do tipo pontal, lutocar e/ou outro que apresente o mesmo ou maior desempenho.

1.4.2. As etapas executivas dos serviços têm a seguinte sequência a ser cumprida pela empresa contratada:

- a) verificar as ferramentas, EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva), de uso obrigatório da equipe;
- b) executar o serviço de varrição nos locais determinados;
- c) amontoar e acondicionar os resíduos provenientes dos serviços em sacos plásticos e/ou lutocares;

1.4.3. As ferramentas necessárias para a execução deste serviço são vassourão com cabo, rastelo e pá quadrada, usadas para recolher resíduos e varrer o local, carrinho para coleta de resíduos e sacos plásticos resistentes com capacidade de 100 litros.

1.4.4. Os sacos plásticos e/ou lutocares utilizados para depositar os resíduos sólidos retirados das vias públicas serão colocados em ponto pré-determinado pelo gestor do contrato, na via onde foi executado o serviço, a fim de que a municipalidade realize a disposição final desses resíduos.

1.4.5. Os serviços de varrição deverão ser programados para serem executados da segunda-feira a sábado, conforme ordem de serviço emitida, podendo incluir, excepcionalmente, os domingos e feriados para a varrição em áreas de maior movimento de pedestres e veículos.

1.5. O valor total do contrato é de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

2.1. O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua emissão, podendo ser prorrogado por igual período, cabendo em caso de prorrogação, reajuste anual de preço com base no índice financeiro IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

3.1. A Contratante emitirá Ordem de Compra à Contratada, através de e-mail, cujo teor será repassado à empresa fornecedora, caracterizando o envio como solicitação de início da execução dos serviços contratados.

3.2. Os serviços de varrição logradouros públicos serão executados nas vias públicas do Município constantes do Projeto: Medição das ruas de Bom Despacho – Anexo II do Termo de Referência.

3.3. É de responsabilidade da contratada todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como fretes, cargas, descarga, tributos, funcionários entre outros, inclusive encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

3.4. É de responsabilidade da contratada empregar materiais, equipamentos de proteção individual e coletivo, de sua posse e propriedade, adequados para execução dos serviços contratados.

3.5. O serviço deverá ter como referência de execução o Cronograma físico-financeiro (Anexo III do Termo de Referência), que possui definições e estimativas das ruas e avenidas que receberão o serviço, bem como suas medições e periodicidade de prestação do serviço. A periodicidade variará conforme a necessidade de prestação do serviço, sendo que em algumas vias o serviço poderá ser realizado na frequência de um dia na semana e até de segunda a sábado.

3.6. As medições apresentadas são estimativas de execução que possui como objetivo nortear a Contratada na prestação do serviço, sendo possível a substituição ou alteração dos locais de execução conforme necessidade da administração mediante documento assinado pelo Gestor do



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



contrato a qualquer momento, que poderá variar entre estações do ano e épocas de festividades no Município.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO:

4.1. O serviço será pago após a medição e avaliação da boa execução, conferência de ponto e emissão da nota fiscal aprovada pelo fiscal do contrato, até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, sendo esta data prorrogada caso também seja a aprovação retrocitada.

4.1.1. Ocorrerá retenção de pagamento em caso de litígio trabalhista que envolva a prestação de serviço do objeto licitado.

4.1.2. Não haverá pagamento por serviços parciais, inconclusos ou abandonados.

4.1.3. A Nota Fiscal/Fatura emitida pelo contratado deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº do Pregão, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento dos serviços e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

4.2. Para efeito de pagamento das etapas dos serviços executados, será obrigada a apresentação de cópia dos seguintes documentos:

4.2.1. No início da obra junto a CEI: CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, Livro ou Ficha de Registro dos empregados.

4.2.2. Mensalmente, junto a medição (referente ao mês anterior): aviso prévio ou solicitação de demissão, guia de recolhimento previdenciário, ficha de EPI, guias de recolhimento de contribuição sindical, guia de recolhimento de FGTS (GRE), guia de recolhimento de INSS (GRPS), ISSNQ, cartão de ponto dos funcionários, recibos de pagamento de 13 salário (quando houver), férias (quando houver), salários, registro de empregados com atestados médicos ocupacionais, termo de rescisão do contrato de trabalho TRCT com atestado demissional (quando houver), comunicação de acidente de trabalho (CAT), (quando houver), todos devidamente preenchidos, no que tange aos empregados designados para o serviço objeto deste instrumento.

4.2.2.1. Documentação referenciada na cláusula 4.2:

- CND INSS;
- CND FGTS;
- DAS;
- GRF – Guia de Recolhimento do FGTS;
- GPS – Guia de Recolhimento do INSS;
- SEFIP – Relação dos empregados ref. a GFIP;
- Cópia do protocolo de envio de arquivos emitido pela conectividade social – GFIP;
- Guias de recolhimento de contribuição sindical (anual);
- Cartão de ponto;
- Recibos de pagamento de salários;
- Recibos de pagamento de 13º salário (novembro e dezembro);
- Recibos de pagamento de férias (anual);
- Ficha de registro de empregados;
- ASO admissional;
- ASO periódico (incluindo mudança de função);
- Ficha de EPI (bimestralmente ou sempre que houver inclusão de dados);
- Ficha de registro com baixa no verso;
- Aviso prévio/ solicitação de demissão;
- TRCT – Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, (quando houver);
- Guia de recolhimento FGTS rescisório, (quando houver);



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



- ASO demissional;-Recibo da comunicação de dispensa (seguro-desemprego), (quando houver);
- Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, (quando houver);
- Comunicação de acidente do trabalho (CAT), caso tenha ocorrido;
- Exame de afastamento (Comunicação de Decisão + atestado médico), (quando houver);
- Exame retorno ao trabalho, (quando houver);
- Livro de Registro de Diário de Obras.

4.2.3 A documentação deverá ser entregue ao Gestor do Contrato.

4.3. Ao enviar a cópia da documentação solicitada o prestador deverá observar o seguinte:

A) o primeiro grupo será o que contém apenas os documentos da empresa, que deverão estar nesta ordem => CND INSS, CND FGTS, DAS, GRF, GPS, SEFIP – relação dos empregados, Guias de recolhimento de contribuição sindical.

B) o segundo grupo conterá apenas os documentos dos empregados, que deverão estar em ordem alfabética por empregado e na sequência a seguir: Cartão de ponto; Recibos de pagamento de salários; Recibos de pagamento de 13º salário; Recibos de pagamento de férias; Ficha de registro de empregados; ASO admissional; ASO periódico; Ficha de EPI; Ficha de registro com baixa no verso; Aviso prévio/ solicitação de demissão; Termo de rescisão do contrato do trabalho TRCT; Guia de recolhimento FGTS rescisório; ASO demissional; Recibo da comunicação de dispensa (seguro desemprego); PPP; Comunicação de acidente do trabalho (CAT), caso tenha ocorrido; Exame de afastamento (Comunicação de Decisão); Exame retorno ao trabalho.

4.3.1. Devem ser enviadas cópias por empregado dos cartões de ponto e dos recibos de pagamento, ou seja, em cada folha deve estar cópia de apenas 1 cartão de ponto ou 1 recibo de pagamento, sem misturar documentos de pessoas diferentes ou de tipos diferentes;

4.3.2. Enviar apenas cópias e não originais;

4.3.3. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva das atividades executadas.

4.3.4. Nos termos da Instrução Normativa CGM Nº 11, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2.017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

4.3.4.1. Não produziu os resultados acordados;

4.3.4.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

4.3.4.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

4.4. Os valores das propostas não sofrerão qualquer reajuste, nos termos da Lei nº 9069-95 e Lei 10.192 de 14-02-2001, e somente poderão ser alterados em caso de prorrogação contratual com reajuste de preços, com base no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), mediante requerimento do CONTRATADO e com comprovação documental, os quais serão analisados de acordo com o que estabelece o Art. 65, em seu inciso II, alínea d.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

5.1. O(s) Contrato(s), celebrado(s) em ocasião do certame, será(ão) gerido(s) pelos servidores José Ascânio da Silva (Titular) e Rogério Aparecido de Mesquita (Suplente), lotados na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, conforme publicação da Portaria 28/2020/SMMA, na Edição nº 845 do Boletim Administrativo do Poder Executivo de Bom Despacho – BAPE, de 3 de dezembro de 2.020.

5.2. O(s) Contrato(s), celebrado(s) em ocasião do certame, será(ão) fiscalizados(s) pelo servidor José Ascânio da Silva, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, conforme indicação da Secretária da pasta.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



5.2.1. O Fiscal do Contrato será responsável por acompanhar a realização dos trabalhos, garantir sua qualidade, tempestividade e regularidade, fazer recomendações, notificar a empresa contratada e, quando for o caso, propor aplicação das penalidades cabíveis.

5.2.2. Eventual omissão ou tolerância do fiscal do contrato ou do Município de Bom Despacho não autoriza a empresa contratada a se considerar desobrigada de qualquer de suas responsabilidades.

5.2.3. A empresa contratada se obriga a refazer qualquer trabalho que o fiscal aponte como mal feito ou não feito, sem qualquer ônus para o Município de Bom Despacho.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES:

6.1. DA CONTRATADA:

6.1.1. O serviço deverá ser realizado por empresa capacitada, utilizando os materiais, equipamentos de proteção individual e coletivo adequados.

6.1.2. Assegurar a proteção e conservação dos bens públicos e particulares, bem como a segurança dos empregados, exigindo-se o uso dos EPIs que a atividade de varrição requer e, durante a Pandemia do vírus COVID-19, o uso de EPIs específicos que a Organização Mundial da Saúde exige.

6.1.3. Após a emissão da ordem de serviço, a prestação do serviço deverá ser iniciada no prazo máximo de cinco dias.

6.1.4. Conforme o término do serviço, a contratada deverá informar ao gestor do contrato, para proceder a devida vistoria e a medição.

6.1.5. Em hipótese alguma o prestador de serviço ateará fogo ao material encontrado, seja ele lixo doméstico, comercial, industrial ou resultado da própria limpeza.

6.1.6. Executar, conforme a melhor técnica, o serviço contratado, obedecendo rigorosamente as normas da ABNT aplicáveis à matéria, bem como as instruções, especificações e detalhes fornecidos ou ditados pelo Município de Bom Despacho.

6.1.7. Conduzir o serviço em estrita observância às normas da legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo os locais dos serviços nas melhores condições de segurança.

6.1.8. Caso haja algum impedimento para a execução do serviço citado neste termo de referência, a contratada deverá entrar em contato com o fiscal do contrato e a empresa contratada não ficará isenta da responsabilidade de executar o serviço no local em outro momento.

6.1.9. Quando o serviço programado deixar de ser realizado por negligência da empresa contratada, ela será devidamente responsabilizada.

6.1.10. Reparar, corrigir ou refazer, imediatamente, e às suas expensas, serviços incompletos, de má qualidade ou que por qualquer motivo, por culpa ou dolo, não atenda à qualidade exigível, sem prejuízo das penalidades porventura cabíveis.

6.1.11. A segurança dos usuários, dos trabalhadores e dos transeuntes durante a execução do serviço é de total responsabilidade da empresa contratada, que também responderá por acidentes que venham a ocorrer em virtude de serviços com defeitos de execução ou em desconformidade com estas especificações ou normativas aplicáveis.

6.1.12. Responder por danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, a que tenha dado causa por culpa ou dolo. A prerrogativa de fiscalizar que cabe à Contratante não poderá, em nenhuma hipótese, ser usado como pretexto para excluir ou reduzir a responsabilidade da Contratada, quer a Contratante tenha ou não usado suas prerrogativas.

6.1.13. Não permitir que seus funcionários dependure sacolas de lixo em veículos particulares, bem como jogue restos de resíduos em bens particulares e públicos.

6.1.14. Os empregados da contratada são de responsabilidade da empresa, que deverá analisar e disponibilizar o número de funcionários necessários ao bom cumprimento da ordem dos



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



serviços.

6.1.15. Correrá por conta da empresa contratada os encargos devidos aos seus funcionários e demais exigências das leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e outras de qualquer natureza, bem como indenização de acidentes de trabalho de qualquer natureza, respondendo inclusive, pelos danos causados a seus prepostos, ao patrimônio público ou a terceiros.

6.1.16. Arcar com o pagamento de 40% (quarenta por cento) para cada empregado, a título de adicional de insalubridade, em atendimento à Súmula TST 448, bem como com os benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho da Federação Emp. Turismo e Hospitalidade de Minas Gerais e Sindicato das Empresas de Coleta, Limpeza e Industrialização de Lixo de Minas Gerais.

6.1.17. Os funcionários da empresa contratada deverão se apresentar nos locais de trabalho, devidamente uniformizados e identificados pelo nome.

6.1.18. A empresa contratada deverá manter no município um encarregado geral para representá-la, caso não tenha instalações neste Município.

6.1.19. O Município terá direito de recomendar a dispensa do funcionário da empresa contratada, cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço. Se a dispensa do funcionário der origem a ação na Justiça para a empresa contratada, o Município não terá responsabilidade.

6.1.20. O Município poderá, a qualquer momento, exigir a troca de ferramentas, ou equipamentos que não estejam adequados às exigências do serviço de varrição.

6.1.21. Não haverá pagamento por serviços parciais, inconclusos ou abandonados.

6.1.22. Aos empregados da contratada é terminantemente proibida a ingestão de bebidas alcoólicas durante a execução do serviço contratado, bem como pedirem no exercício das funções gratificações ou donativos de qualquer espécie.

6.1.23. A contratada deverá permitir e facilitar à fiscalização dos serviços, em qualquer dia e horário, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados, inclusive dados técnicos e operacionais sobre os serviços.

6.1.24. Informar ao gestor do contrato a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, no todo ou em parte, bem como qualquer ocorrência anormal, acidente ou incidente que possa prejudicar, atrasar ou impedir a execução dos serviços, indicando desde logo as alternativas cabíveis para regularizar a situação.

6.1.25. Manter preposto, aceito pela Administração, no local do serviço, para representá-la na execução do contrato.

6.1.26. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

6.1.27. Cumprir e fazer cumprir as normas regulamentares de Segurança, Medicina e Higiene do Trabalho.

6.2. DA CONTRATANTE:

6.2.1 Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução do Contrato

6.2.2. Fiscalizar a execução dos serviços e fazer a gestão deste contrato, por meio dos servidores designados.

6.2.3. Efetuar o pagamento na forma prevista na cláusula quarta, se satisfeitos todos os requisitos nela expostos.

6.2.4. Dar ordem de refazimento de trabalhos inconclusos ou que se concluir pela insatisfação ou má qualidade, inclusive definindo prazo para conclusão.

6.2.5. Fazer as medições e avaliações dos serviços prestados pela empresa contratada, inclusive conferir as folhas de pontos dos funcionários empregados, para efeito de pagamento.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO:

7.1. O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o Contrato independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que à CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- a) quando a CONTRATADA falir, entrar em concordata ou for dissolvida;
- b) quando houver inadimplência de Cláusulas ou condições contratuais ou desobediência a determinação do CONTRATANTE por parte da CONTRATADA;
- c) quando a CONTRATADA transferir no todo ou parte o Contrato sem prévia anuência do CONTRATANTE;
- d) quando houver atraso do fornecimento por parte da CONTRATADA, sem justificativa aceita.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima, implicará na apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais e contratuais cabíveis.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O Contratante, por conveniência exclusiva, e independentemente de cláusulas expressas, poderá rescindir antecipadamente o Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O Contrato poderá ser rescindida por solicitação da CONTRATADA, no caso do não cumprimento pelo CONTRATANTE das condições contratuais de pagamento.

7.2. Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

7.2.1. Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

7.3. O Contrato resultante da presente licitação também poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e nos casos em que se verificar que o fornecedor não preenchia ou não mais preenche os requisitos de habilitação.

7.4. Nas hipóteses legais de rescisão administrativa solicitada pelo fornecedor, esta deverá submeter o seu pedido, necessariamente fundamentado, à apreciação do Município, através de requerimento protocolado e instruído com a documentação comprobatória dos fatos alegados.

7.5. A rescisão administrativa será precedida de autorização expressa e fundamentada da autoridade competente.

7.6. O PRESTADOR DOS SERVIÇOS reconhece os direitos do MUNICÍPIO em caso de rescisão prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1. As despesas decorrentes da execução dos serviços objeto do pregão ocorrerão por conta da Prefeitura de Bom Despacho, na(s) dotação(ões) orçamentária(s) abaixo e demais constantes do plano de trabalho para o período de vigência do contrato:

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

11.001.0018.0452.0036.2097.33390390-61, CR: 954, Fonte: 100.

8.2. Poderão ser incluídas demais dotações constantes no plano orçamentário durante a vigência do CONTRATO.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



CLÁUSULA NONA – DAS MULTAS E PENALIDADES:

9.1. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

9.1.1. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do CONTRATO, por ocorrência.

9.1.2. 10% (dez por cento) sobre o valor do CONTRATO, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual.

9.1.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do CONTRATO, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do CONTRATO ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Administração, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

9.2. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo Município. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

9.2.1. Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que, porventura, lhe for aplicada até a data do vencimento, esse valor será descontado da nota fiscal que vier a fazer jus.

9.3. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido ou a diferença ainda não paga será objeto de inscrição na Dívida Ativa do Município de Bom Despacho e cobrado com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), ou outro índice que porventura venha substituí-lo.

9.4. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, no Decreto nº 5.450/2005 e suas alterações e na Lei nº 10.520/2002, a serem aplicadas pela autoridade competente da Prefeitura de Bom Despacho, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais.

9.5. Em caso de inadimplência total ou parcial do objeto deste Edital, a Prefeitura de Bom Despacho poderá aplicar à CONTRATADA, mediante publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município (DOMe), as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

9.5.1. Advertência, por escrito;

9.5.2. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

9.5.3. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, bem como descredenciamento no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02, nos casos de:

a) ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;

b) apresentação de documentação falsa para participação no certame;

c) retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;

d) não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;

e) comportamento inidôneo;

f) cometimento de fraude fiscal;



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



- g) fraudar a execução do CONTRATO
- h) falhar na execução do CONTRATO.

9.6. Será considerado descumprido totalmente o CONTRATO quando, injustificadamente, o atraso para a execução do objeto for superior a trinta dias corridos, ensejando a aplicação de penalidade do item 9.1.2, bem como a rescisão contratual.

9.6.1. No caso de atraso superior a 15 (quinze) dias, a CONTRATANTE poderá rescindir o CONTRATO, sem prejuízo da aplicação das multas previstas e sem prejuízo das medidas administrativas e legais destinadas a ressarcir os prejuízos provocados pelo atraso.

9.7. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

9.7.1. Se o motivo causador da penalidade ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

9.8. Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados, resumidamente, no Diário Oficial Eletrônico do Município (DOMe).

9.9. Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas em Lei, será concedido prazo para defesa prévia de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

9.10. Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação no Diário Oficial do Município de Bom Despacho-MG.

9.11. As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

9.12. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.13. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

10.1. Como garantia do cumprimento integral de todas as obrigações contratuais ora assumidas, inclusive indenizações a terceiros e multas que venham a ser aplicadas, a contratada prestou tempestivamente garantia no valor total de R\$ _____, (_____), na modalidade de _____, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor adjudicado.

10.2. A CONTRATADA se obriga a manter o valor da garantia sempre em 5% (cinco por cento) do valor total contratual, ou seja, valor inicial mais os termos aditivos formalizados.

10.3. A garantia ficará a responsabilidade e a ordem da Contratante e somente será restituída após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

10.4. Se a garantia prestada pela Contratada tiver sido na modalidade de caução em dinheiro, esta será atualizada monetariamente e poderá ser retirada/levantada pelo Contratante, total ou parcialmente, para fins de cobertura de pagamento das multas previstas no Contrato.

10.5. Nas hipóteses em que a garantia for utilizada total ou parcialmente – como para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da Contratada, de seu preposto ou de quem em seu nome agir, ou, ainda, nos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal – a Contratada deverá, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, recompor o valor total dessa garantia, sob pena de aplicação das



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



penalidades previstas na Lei 8.666, salvo na hipótese de comprovada inviabilidade de cumprir tal prazo, mediante justificativa apresentada por escrito e aceita pelo Gestor do Contrato.

10.6. Na hipótese de rescisão do Contrato, por descumprimento das obrigações contratuais, a Contratante executará a garantia contratual para seu ressarcimento, nos termos do art. 80, III, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.7. A Contratante fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da Contratada, de seu preposto ou de quem em seu nome agir.

10.8. A garantia será restituída automaticamente, ou por solicitação, no prazo de até 3 (três) meses contados do final da vigência do contrato ou da rescisão, em razão de outras hipóteses de extinção contratual previstas em lei.

10.9. A devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, será acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO CONTRATO:

11.1. O Contrato da empresa poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I – pela Administração, quando:

- a) o contratado não cumprir as exigências contidas no edital ou no Contrato;
- b) o contratado, injustificadamente, deixar de firmar o Contrato decorrente;
- c) o contratado der causa à rescisão administrativa, do Contrato, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e alterações posteriores;
- d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- e) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores.

II – pelo Contratado, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao contrato.

11.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

11.3. A comunicação do cancelamento do registro da empresa, nos casos previstos no item 11.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

11.4. No caso da empresa encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Bom Despacho, considerando-se cancelado o registro da empresa, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

11.5. A solicitação do prestador de serviços para cancelamento do contrato, não o desobriga da prestação dos serviços, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser proferida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o envio do pedido contendo toda a documentação comprobatória, facultada à Administração a aplicação das penalidades/sanções previstas no item 9, caso não aceitas as razões do pedido do cancelamento.

11.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para contratação dos serviços.



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1. As partes elegem o Foro da Comarca de BOM DESPACHO-MG, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais provenientes do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REGÊNCIA:

13.1. O presente Contrato reger-se-á pelas normas estabelecidas nos Decretos Municipais nº 3.588/2007, nº 5.697/2013 e nº 7.328/2016, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor.

14.2. Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 93/2020 com seus anexos e a proposta vencedora, conforme art. 55, inc. XI da Lei Federal nº 8.666/93.

14.3. As alterações que se façam necessárias no presente instrumento serão efetuadas por “Termos Aditivos”, que integrarão o CONTRATO para todos os fins e efeitos de direito.

14.4. Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos.

Justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Bom Despacho-MG, ____ de _____ de 2.02X, 109º ano de emancipação do Município.

MUNICÍPIO DE BOM DESPACHO

Vital Libério Guimarães

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Empresa (razão social),
CNPJ,
Endereço,
Número de telefone,
Correio eletrônico (e-mail).

Vimos apresentar proposta para o Pregão Eletrônico nº 93/2020 da Prefeitura Municipal de Bom Despacho MG, conforme abaixo:

Item	Descrição do Objeto:	Qtd. Total	Unid.	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
I	Prestação de serviços continuados de varrição dos logradouros públicos de Bom Despacho.	20.700.000	Metros Lineares			

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas deste edital e seus anexos.

Pagamento: conforme edital.

Prazo de execução: conforme edital.

Validade da proposta: _____ dias (mínimo 60 dias)

Dados para o contrato (signatário):

Nome

Estado civil

Identidade

CPF

Nacionalidade

Dados bancários da proponente para pagamento:

Banco: _____; Agência nº _____ (nome da agência); conta _____; operação _____

Local e Data

Assinatura do Representante Legal



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Administração
Gerência de Licitações, Compras e Gestão de Contratos



ANEXO V

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93/2020

Através do presente, credenciamos o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____, a participar da licitação instaurada pelo município de Bom Despacho-MG, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 93/2020, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, CNPJ/MF nº _____, bem como formular propostas e praticar todos os atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ de 2.02X.

Nome do dirigente da empresa
Assinatura do dirigente da empresa